

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSIDERAÇÕES

O presente relatório foi elaborado em harmonia com o estipulado no Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, na sua redação atual.

É missão essencial do Relatório de Gestão a prestação de contas que, à semelhança das demonstrações financeiras, disponibiliza informação de caráter económico, financeiro e também social.

O combate à Pandemia do Coronavírus/Covid-19 continuou em 2021 a ser uma prioridade, tendo o Município, no âmbito das suas atribuições e competências e com base num modelo de atuação estratégico, continuado a apoiar pessoas, famílias e grupos sociais desfavorecidos, com o objetivo de promover a inserção social, escolar e profissional e a melhoria das condições de vida da população.

Durante o ano 2021, o Município continuou a implementar medidas de apoio extraordinárias no âmbito da Pandemia Covid – 19, nomeadamente ao nível das Taxas de ocupação do espaço público com esplanadas e do domínio público municipal com estacionamento privativo de veículos automóveis, Taxas de publicidade, entre outras.

No entanto, mantendo-se neste enquadramento de especial complexidade, o Município não alterou a direção nem diminuiu a determinação do executivo em dar continuidade ao seu trabalho de desenvolvimento do território, continuando a ter como principal prioridade as candidaturas a Fundos Comunitários, e de prosseguir com as suas competências e atribuições nas mais diversas áreas, nomeadamente na Educação, Proteção Civil, Desporto, Cultura, Património, Ação Social, Transportes e Comunicações, entre outras.

No que concerne à estrutura administrativa, o Município não dispõe de serviços municipalizados, nem empresas municipais.

1 - RECURSOS HUMANOS

Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios de gestão dos anos anteriores, o Município prosseguiu uma gestão dentro dos princípios de equilíbrio, no estrito cumprimento da legislação em vigor, e com o rigor que se exige.

1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL

No esquema seguinte podemos verificar a distribuição dos efetivos por grupos profissionais:

Categoria	Nº
Dirigente	23
Técnico Superior	94
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	134
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	302
Carreira de Informática	4
Polícia Municipal	16
Outros	46
Total	619

As categorias que contêm mais efetivos são as correspondentes aos Assistentes Operacionais, incluindo Encarregados, sendo de evidenciar que, num mapa de pessoal com 619 efetivos, a Câmara Municipal de Paredes possui, atualmente, um total de 23 dirigentes.

1.2 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL/SEXO/GRUPO PROFISSIONAL

No esquema seguinte podemos verificar a distribuição do pessoal por género e grupo profissional, podendo-se dali verificar que a preponderância de trabalhadores se inscreve no grupo profissional operacional, mercê das atribuições e competências municipais onde é exigido um menor grau de aptidões académicas ou escolares.

Categoria	Género	
	Feminino	Masculino
Dirigente	15	8
Técnico Superior	64	30
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	98	36
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	102	200
Carreira de Informática	2	2
Polícia Municipal	0	16
Outros	27	19
Total	308	311

1.3 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR NÍVEL HABILITACIONAL

Nível Habilitacional	Género	
	Feminino	Masculino
Doutoramento	0	0
Mestrado	8	7
Licenciatura	99	48
Bacharelato	8	2
12º ano de escolaridade	140	76
11º ano de escolaridade	7	7
9º ano de escolaridade	29	47
6º ano de escolaridade	3	32
4º ano de escolaridade	14	92
Total	308	311

Pela análise do quadro verifica-se que 217 trabalhadores se enquadram nos níveis de escolaridade até ao 9º ano, representando quase metade da totalidade dos mesmos.

1.4 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL POR ESCALÃO ETÁRIO

Idades	Sexo		TOTAL
	Feminino	Masculino	
18 a 24	2	1	3
25 a 29	11	3	14
30 a 34	18	15	33
35 a 39	53	26	79
40 a 44	61	49	110
45 a 49	61	38	99
50 a 54	48	59	107
55 a 59	41	60	101
60 a 64	14	44	58
65 a 69	13	2	15
70 ou mais	0	0	0
TOTAL			619

Podemos constatar que cerca de 54,60% dos trabalhadores do Município estão situados no escalão etário entre os 18 e 49 anos, índice que denota uma Câmara Municipal jovem.

2 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As grandes opções do Plano (GOP) encontram-se refletidas em dois documentos relevantes, que permitem uma análise a toda a despesa realizada numa ótica funcional: i) o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), onde se encontram os investimentos realizados e relacionados com as aquisições de bens de capital, e ii) o Plano de Atividades Municipais (PAM), onde se encontram plasmadas as despesas correntes e as despesas de capital não incluídas no PPI.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO				
Classificação Funcional	EXECUTADO			Peso
	PPI	PAM	GOP's	
	[1]	[2]	[3]=[1]+[2]	%
FUNÇÕES GERAIS	1 556 724	1 266 387	2 823 111	13%
Serviços gerais de administração pública	1 556 724		1 556 724	7%
Administração geral	1 556 724		1 556 724	7%
Segurança e ordem públicas		1 266 387	1 266 387	6%
Proteção civil e luta contra incêndios		1 266 387	1 266 387	6%
FUNÇÕES SOCIAIS	10 113 666	289 601	10 403 267	47%
Educação	843 491		843 491	4%
Ensino não superior	843 491		843 491	4%
Educação Pré-escolar	32 542		32 542	0%
Ensino Básico	685 875		685 875	3%
Ensino Básico 1º Ciclo	159 676		159 676	1%
Ensino Básico 2º e 3º Ciclo	526 199		526 199	2%
Ensino Pré-Escolar/ Ensino Básico	125 074		125 074	1%
Segurança e ação sociais	311 818	74 125	385 943	2%
Ação social	311 818	74 125	385 943	2%
Habituação e serviços coletivos	3 743 386	31 628	3 775 014	17%
Ordenamento do território	2 586 313		2 586 313	12%
Saneamento	48 978		48 978	0%
Abastecimento de Água	65 648	31 628	97 276	0%
Resíduos sólidos	53 385		53 385	0%
Proteção do meio ambiente e Conservação da natureza	989 062		989 062	5%
Cemitérios	154 616		154 616	1%
Espaços Verdes e Qualificação Urbana	834 446		834 446	4%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	5 214 972	183 847	5 398 819	25%
Cultura	315 425	132 589	448 015	2%
Desporto, recreio e lazer	4 899 547	1 729	4 901 276	22%
Outras atividades cívicas e religiosas		49 529	49 529	0%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	4 386 616		4 386 616	20%
Indústria e energia	72 222		72 222	0%
Transportes e comunicações	4 314 394		4 314 394	20%
OUTRAS FUNÇÕES	119 103	4 234 328	4 353 431	20%
Transferências entre administrações		3 859 667	3 859 667	18%
Diversas não especificadas	119 103	374 660	493 763	2%
Total	16 176 109	5 790 315	21 966 424	100%

2.1 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução do PPI no período, face ao período anterior foi a seguinte (valores em euros):

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS						
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2021		2020		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Valor	%
Funções gerais	1 556 724	10%	2 231 070	14%	-674 346	-30%
Serviços gerais de administração pública	1 556 724	10%	2 231 070	14%	-674 346	-30%
Funções sociais	10 113 666	63%	9 184 250	59%	929 416	10%
Educação	843 491	5%	3 583 393	23%	-2 739 902	-76%
Segurança e ação sociais	311 818	2%	249 961	2%	61 857	25%
Habituação e serviços coletivos	3 743 386	23%	3 386 045	22%	357 341	11%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	5 214 972	32%	1 964 851	13%	3 250 121	165%
Funções económicas	4 386 616	27%	4 179 020	27%	207 596	5%
Indústria e energia	72 222	0%	94 514	1%	-22 292	-24%
Transportes e comunicações	4 314 394	27%	4 084 506	26%	229 888	6%
Outras funções	119 103	1%			119 103	n.a
TOTAL	16 176 109	100%	15 594 340	100%	581 769	4%

Conforme se pode verificar, existe um aumento na execução do PPI face ao período homólogo anterior que ascende a 581.769 €, o que equivale a (+) 4% face ao valor executado em 2020.

Este aumento é essencialmente justificado pelas funções sociais, em particular pelos serviços culturais, recreativos e religiosos, ascendendo o mesmo a (+) 3.250.121 € e em habitação e serviços coletivos, cujo aumento é de (+) 357.341 €. Nas funções económicas, regista-se igualmente um aumento de 207.596 € de PPI executado face ao período anterior, assumindo destaque os investimentos relacionados com transportes e comunicações.

Por outro lado, a rubrica que mais diminuiu está relacionada com a Educação, cujo valor de investimento realizado ascendeu a 843.491 € e que compara com os 3.583.393 €. Esta diminuição deve-se aos fortes investimentos realizados em períodos anteriores nesta função.

Na função Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, os principais investimentos realizados em 2021, relacionaram-se com o seguinte:

- Reabilitação do antigo pavilhão gimnodesportivo de Paredes (fórum cultural de Paredes), cujo valor executado ascendeu a 2.545.822€ em 2021;
- Piscina descoberta de Paredes, com um valor executado de 1.084.695 €;

- Eficiência energética na piscina municipal Rota dos Móveis, com um valor de execução em 2021 de 347.598 €;
- Reenquadramento e reabilitação do espaço do antigo complexo desportivo do estádio das Laranjeiras, com um valor executado em 2021 de 286.550 €;
- Construção da cidade desportiva de Paredes, com um investimento realizado em 2021 de 285.594 €; e
- Conservação e beneficiação de instalações desportivas municipais, no valor de 194.349 €.

Na função Habitação e Serviços Coletivos, os principais investimentos realizados em 2021, relacionam-se com o seguinte:

- Construção e conservação de passeios no concelho, no valor de 436.948 €;
- Arranjo urbanístico e paisagístico de promoção e acessibilidade inclusiva no Largo Arraial Dom António Barbosa Leão em Parada Todeia, no valor de 228.503 €;
- Execução de passeios na Avenida Padre Américo em Beire, no valor de 199.673 €;
- Execução de passeios na E.M. 598-1 até à rotunda Rota dos Móveis, no valor de 194.947 €;
- Construção de arranjos exteriores do Fórum Cultural de Paredes e Estádio das Laranjeiras, no valor de 158.502 €;
- Construção de muros de suporte no concelho, no valor de 154.504 €;
- Execução de passeios na E.M. 610 Santa Comba, na Sobreira, no valor de 149.914 €;
- Execução de passeios no acesso ao Campus Educativo de Baltar, no valor de 143.730 €;
- Execução de passeios na Rua Lameiro do Cabo em Baltar, no valor de 123.540 €;
- Remodelação de passeios junto à piscina descoberta de Paredes, no valor de 119.356 €; e
- Arranjo Urbanístico na Rua das Beneiras (acordo Americano), no valor de 100.075 €.

Em termos de representatividade, considerando o peso dos investimentos efetuado em 2021 pelas diferentes funções, 63% do investimento foi efetuado em funções sociais, 27% em funções económicas, e 10% em funções gerais.

Nas funções económicas, a grande parte da execução foi efetuada em transportes e comunicações, num montante anual de 4.314.394 €, 98,4% do total do investimento em funções económicas e 27% do total do PPI em 2021. Os principais investimentos executados em 2021 nestas funções foram os seguintes:

- Construção e beneficiação de vias e arruamentos, no valor de 1.496.058 €;

- Pavimentação da Rua de Santa Marta, em Lordelo, no valor de 384.225 €;
- Construção do Arruamento de Ligação da Avenida da Zona Industrial em Rebordosa, à A41 em Gandra, no valor de 219.167 €;
- Pavimentação da estrada entre Terronhas e Bustelo, no valor de 218.092 €
- Aquisição de terrenos para vias municipais, no valor de 204.035 €;
- Requalificação do Largo Comendador Pereira Inácio, em Baltar, no valor de 200.467;
- Execução de infraestruturas na Avenida Cândido Barbosa, em Rebordosa, no valor de 191.050 €;
- Pavimentação e execução de passeios na Rua de Penhas Altas, em Lordelo, no valor de 182.218 €;
- Execução de infraestruturas na ligação da Zona Industrial de Rebordosa à A41 em Gandra, no valor de 157.931 €;
- Construção da rotunda da feira em Paredes, no valor de 150.957 €; e
- Construção de rotunda, junto à escola EB2/3 de Paredes, no valor de 123.116 €.

2.2 PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

No Plano de atividades mais relevantes do Município de Paredes, são incluídas as despesas de capital não integradas no PPI, bem como o conjunto das despesas correntes por funções. A execução do PAM do período face ao período homólogo anterior foi a seguinte:

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS						
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2021		2020		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Valor	%
Funções gerais	1 266 387	22%	630 060	14%	636 327	101%
Segurança e Ordem Públicas	1 266 387	22%	630 060	14%	636 327	101%
Funções sociais	289 601	5%	305 158	7%	-15 557	-5%
Segurança e ação sociais	74 125	1%	70 925	2%	3 200	5%
Habituação e serviços coletivos	31 628	1%	47 600	1%	-15 972	-34%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	183 847	3%	186 633	4%	-2 786	-1%
Outras funções	4 234 328	73%	3 487 989	79%	746 339	21%
Transferências entre administrações	3 859 667	67%	3 236 180	73%	623 487	19%
Diversas não especificadas	374 660	6%	251 809	6%	122 851	49%
TOTAL	5 790 315	100%	4 423 207	100%	1 367 108	31%

A execução do PAM traduz um aumento na despesa efetuada entre 2020 e 2021 que ascende a 31%, o equivalente a 1.367.108 €. Estas variações são essencialmente justificadas pelas transferências entre administrações, cuja variação entre períodos ascendeu a (+) 623.487 €, e pela Segurança e ordem pública, cuja variação entre períodos ascendeu a (+) 636.327 €.

Também ao nível da estrutura, a rubrica de Transferências entre administrações é a rubrica com maior significado, representando 67% do peso total do montante do PAM no período. Os valores mais relevantes executados nesta rubrica respeitam ao seguinte:

- Transferências para as freguesias, no valor de 2.606.477 € (em 2020, o valor destas transferências totalizou 1.821.179 €);
- Contratos de programas de desenvolvimento desportivo, no valor de 758.705 € (em 2020, o valor ascendeu a 626.416 €); e
- Subsídios às associações do concelho, no valor de 463.985 € (em 2020, o valor ascendeu a 488.586 €).

3 ORÇAMENTO

Este capítulo apresenta a análise comparativa entre o orçamento inicial, final e executado, permitindo uma avaliação, por parte dos diferentes *stakeholders* da execução dos diferentes compromissos políticos refletidos nos projetos propostos e realizados.

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da situação pandémica relacionada com a doença por coronavírus (COVID-19), causada pelo vírus SARS-CoV-2, obrigando à continuidade das medidas preventivas e de apoio aos municípios num novo *modus-vivendi* que ainda não se encontra ultrapassado e que tem reflexos em termos orçamentais.

Este é o segundo ano que o município adota o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que introduziu novos conceitos relativos ao desempenho orçamental, designadamente, o conceito de receita efetiva e de despesa efetiva. A receita efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e seus equivalentes, sem gerarem obrigações orçamentais e a despesa efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Este capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: no ponto 3.1 é apresentado o desempenho orçamental, onde é efetuada a análise global, as alterações orçamentais ocorridas em 2021 e a análise do equilíbrio orçamental; no ponto 3.2 é efetuada a análise da execução da receita e no ponto 3.3. a análise da execução da despesa.

3.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL, ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS E EQUILÍBRIO

3.1.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Estruturalmente, e por força do SNC-AP, as componentes da Receita são categorizadas em Receita Efetiva e Receita Não Efetiva. A Receita Efetiva encontra-se desagregada por Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas, correspondendo estas às reposições não abatidas aos pagamentos. A Receita Não Efetiva corresponde às rubricas de Receita de Ativos Financeiros e Receita de Passivos Financeiros. De igual forma, as componentes da Despesa são categorizadas por Despesa Efetiva e Despesa Não Efetiva. A despesa Efetiva encontra-se dividida em Despesas Correntes e Despesas de Capital, e a Despesa Não Efetiva agrega as rubricas de Despesa com Ativos Financeiros e Despesa com Passivos Financeiros.

A demonstração do desempenho orçamental traduz os recebimentos e os pagamentos efetuados no exercício, relativos a operações orçamentais e a operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), refletindo adicionalmente o saldo da gerência anterior e o saldo para a gerência seguinte. Com a divisão entre receita e despesa efetiva e não efetiva, a demonstração do desempenho orçamental apresenta o saldo primário, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros pagos, o saldo corrente, correspondente à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, e o saldo de capital, correspondente à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

A demonstração do desempenho orçamental para o exercício de 2021 é apresentada da seguinte forma (valores em euros):

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL			
2021			
RECEITAS	Valor	DESPESAS	Valor
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	5 597 305		
Operações orçamentais (1)	2 358 378		
Operações de tesouraria (A)	3 238 928		
RECEITAS CORRENTES	40 694 723	DESPESAS CORRENTES	30 165 832
RECEITAS DE CAPITAL	8 063 512	DESPESAS DE CAPITAL	19 585 701
Reposições não abatidas aos pagamentos	5 748		
RECEITA EFETIVA (2)	48 763 983	DESPESA EFETIVA (5)	49 751 533
RECEITA NÃO EFETIVA (3)	2 851 898	DESPESA NÃO EFETIVA (6)	1 911 273
RECEITA TOTAL (4)=(1)+(2)+(3)	53 974 259	DESPESA TOTAL (7)=(5)+(6)	51 662 806
Operações de Tesouraria (B)	1 095 199	Operações de Tesouraria (C)	772 608
		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	5 872 971
		Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 311 452
		Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 561 519
		Saldo global [2]-[5]	-987 551
		Despesa primária	49 428 730
		Saldo corrente	10 528 891
		Saldo de capital	-11 520 749
		Saldo primário	-664 748
		Receita total [1]+[2]+[3]	53 974 259
		Despesa total [5]+[6]	51 662 806

A demonstração do desempenho orçamental evidencia o seguinte:

- Os recebimentos em 2021, totalizam 52.711.080 € (2020: 46.292.348 €) dos quais 48.763.983 € (2020: 44.171.246 €) relacionados com receita efetiva, 2.851.898 € (2020: 1.181.295 €) relativos a receita não efetiva e 1.095.199 € (2020: 939.807 €) relativos a operações de tesouraria;
- Os pagamentos de 2021 totalizam 52.435.414 € (2020: 46.813.845 €), dos quais 49.751.533 € (2020: 44.746.929 €) correspondem a despesa efetiva, 1.911.273 € (2020: 1.657.381 €) a despesa não efetiva, e 772.608 € (2020: 409.535 €) relativos a operações de tesouraria;
- O saldo global, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva, ascende a (-) 987.551 € (2020: (-) 575.683 €), tendo-se registado mais despesa efetiva que receita efetiva, situação semelhante à do ano homólogo anterior;

- O saldo primário, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida de juros, ascende a (-) 664.748 € (2020: (-) 236.244 €);
- O saldo corrente, correspondente à diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, ascende a 10.528.891 € (2020: (+) 11.620.997 €); e
- O saldo de capital, correspondente à diferença entre as receitas de capital e as despesas de capital, ascende a (-) 11.520.749 € (2020: (-) 12.197.267 €).

3.1.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Ao longo do exercício de 2021, o Município de Paredes procedeu a várias alterações orçamentais, permutativas e modificativas, ascendendo a diferença entre o orçamento inicial e o orçamento final a (+) 3.438.626 €, tal como apresentado no quadro seguinte (valores em euros):

ORÇAMENTO FINAL/EXECUÇÃO						
2021						
	Previsão			Execução		
	Inicial (1)	Final (2)	Diferença (3)=(2)-(1)	Valor (4)	Desvio (5)=(4)-(2)	Taxa de execução (6)=(4)/(2)
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2 358 378	2 358 278	2 358 378	0	100,00%
RECEITA EFETIVA	54 510 857	55 661 436	1 150 579	48 763 983	-6 897 453	87,61%
Receitas correntes	41 889 487	41 889 487	0	40 694 723	-1 194 764	97,15%
Receitas de capital	12 617 792	13 768 371	1 150 579	8 063 512	-5 704 859	58,57%
Outras receitas	3 578	3 578	0	5 748	2 170	160,64%
RECEITA NÃO EFETIVA	17 452 261	17 381 931	-70 330	2 851 898	-14 530 033	16,41%
Ativos financeiros	14 985 364	10 976 378	-4 008 986	0	-10 976 378	0,00%
Passivos financeiros	2 466 897	6 405 553	3 938 656	2 851 898	-3 553 654	44,52%
TOTAL DA RECEITA	71 963 118	75 401 745	3 438 626	53 974 259	-21 427 486	71,58%
DESPESA EFETIVA	70 015 535	72 662 940	2 647 405	49 751 533	-22 911 407	68,47%
Despesas correntes	36 319 361	38 677 738	2 358 377	30 165 832	-8 511 906	77,99%
Despesas de capital	33 696 174	33 985 202	289 028	19 585 701	-14 399 501	57,63%
DESPESA NÃO EFETIVA	1 947 583	2 738 804	791 221	1 911 273	-827 531	69,78%
Ativos financeiros	29 630	29 630	0	29 615	-15	99,95%
Passivos financeiros	1 917 953	2 709 174	791 221	1 881 658	-827 516	69,46%
TOTAL DA DESPESA	71 963 118	75 401 744	3 438 626	51 662 806	-23 738 938	68,52%

As principais alterações orçamentais efetuadas em 2021 ao nível da receita efetiva, estão relacionadas com as receitas de capital, cujo aumento entre o orçamento inicial e as dotações corrigidas resultantes das alterações orçamentais no período ascende, a (+) 1.150.579 €. Já no que se refere à receita não efetiva, registaram-se alterações no período, que em termos agregados ascendem a (-) 70.330 €, resultantes de uma diminuição da receita prevista com ativos financeiros no montante de (-) 4.008.986 € e de um aumento na receita prevista de passivos financeiros no montante de (+) 3.938.656 €.

No que se refere às alterações orçamentais efetuadas na despesa efetiva, esta tem uma natureza essencialmente corrente, ascendendo a (+) 2.358.377 € face ao previsto inicialmente. As despesas de capital também sofreram alterações face ao orçamento inicial, mas de menor expressão, no montante de (+) 289.028 €. Relativamente à despesa não efetiva, as alterações orçamentais em 2021 estão relacionadas com os passivos financeiros, cuja dotação corrigida face à despesa inicialmente prevista resulta em (+) 791.221 €.

Conforme se pode verificar no quadro anterior, os níveis de execução da receita encontram-se abaixo dos 85%, situação semelhante à ocorrida em 2020 e 2019, aplicando-se para o efeito o que se encontra previsto no artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no que respeita ao alerta precoce de desvios, que é efetuado à tutela.

Este nível reduzido de execução está essencialmente associado à reduzida execução das receitas de capital, tendo sido executados 8.063.512 € de um total de previsões corrigidas de 13.768.371 €, bem como à falta de execução de receita não efetiva de ativos financeiros e à reduzida execução de receita não efetiva de passivos financeiros. Em 2021 foram executados 2.851.898 € de receita não efetiva, face uma previsão corrigida de 17.381.931 €, totalizando o desvio nesta rubrica, em sede de execução orçamental, a 14.530.033 €.

3.1.3 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) estabelece que os orçamentos devem prever as receitas necessárias para cobrir as despesas. Refere adicionalmente que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Estas condições devem ser verificadas na elaboração do orçamento, aquando das alterações orçamentais e na execução orçamental.

No quadro seguinte, apresentam-se os valores relacionados com a poupança corrente líquida de amortizações de médio-longo prazo (MLP). Para efeitos do cálculo dos valores relacionados com o cumprimento do equilíbrio, considerou-se na execução os valores da receita bruta, tal como previsto no RFALEI, situação que difere da Demonstração do Desempenho Orçamental, onde a Receita é considerada líquida de reembolsos e restituições. Os valores estão apresentados em euros.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Exercício de 2021				
Rubrica	Dotações Iniciais	Dotações Finais	Execução Orçamental	
(1) Receita Corrente	41 889 487	41 889 487	40 722 364	
(2) Despesa Corrente	36 319 361	38 677 738	30 165 832	
(3)=(1)-(2) Poupança Corrente	5 570 126	3 211 749	10 556 532	
(4) Amortizações médias de MLP	2 369 411	2 125 508	2 125 508	
(5)=(3)-(4) Poupança Corrente líquida de amortizações de MLP	3 200 715	1 086 241	8 431 025	

Da análise ao quadro anterior, verifica-se o cumprimento das regras de equilíbrio em todas as fases do ciclo orçamental. Em 2021 a execução orçamental demonstra existir uma poupança corrente líquida de amortizações de médio-longo prazo que ascende a 8.431.025 €, valor que se encontra liberto para financiamento aos investimentos.

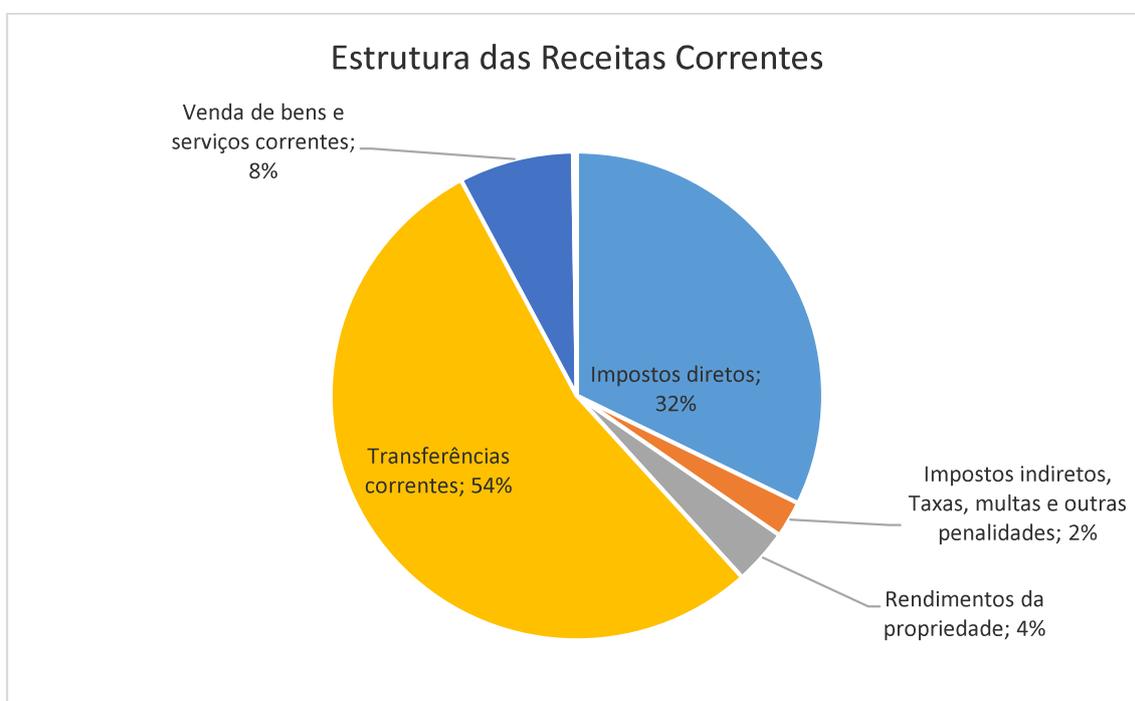
3.2 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A execução global da receita no exercício de 2021 pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

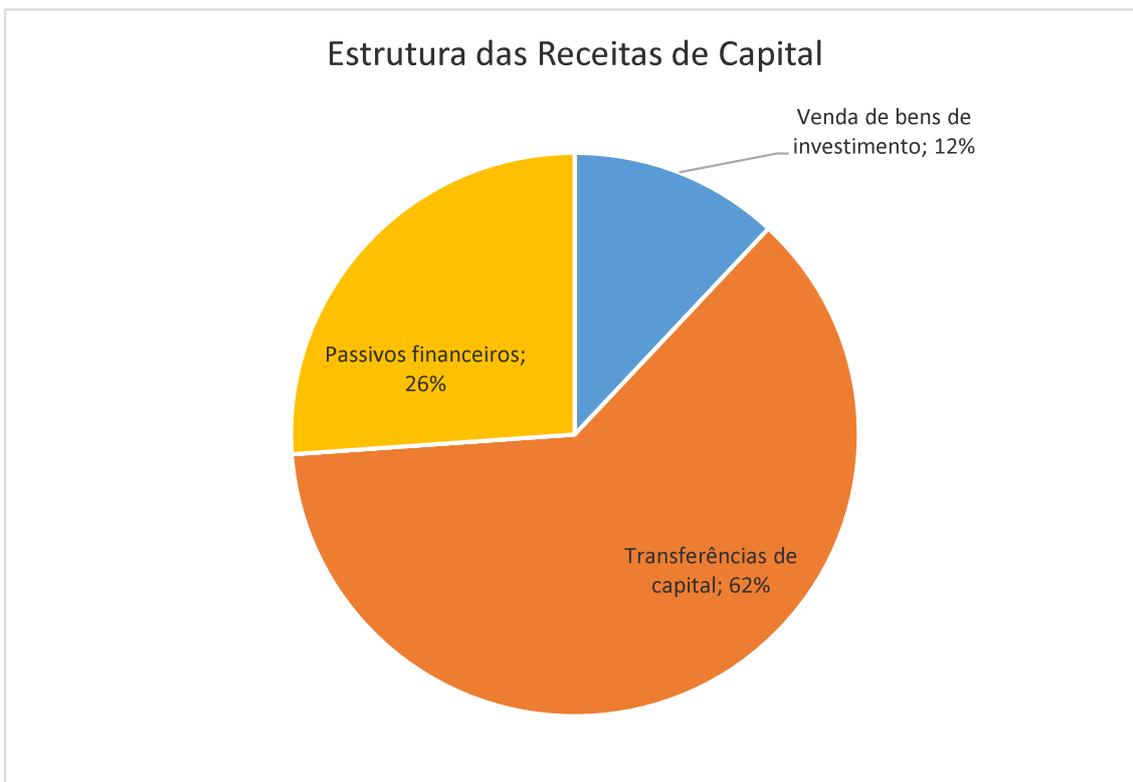
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA									
2021									
	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições	Receitas Cobradas Líquidas	Receita por cobrar no final do período	Taxa de execução
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)=(2)+(3)-(4)-(7)	(9)=(7)/(1)
RECEITAS CORRENTES	41 889 487	972 133	40 851 659	104 637	40 722 364	27 642	40 694 723	1 024 433	97,15%
Impostos diretos	13 110 339	0	13 124 639	0	13 124 639	0	13 124 639	0	100,11%
Impostos indiretos, Taxas, multas e outras penalidades	1 165 456	151 723	1 008 147	29 845	991 229	18 220	973 009	157 017	83,49%
Rendimentos da propriedade	1 974 081	0	1 520 060	26 245	1 492 227	0	1 492 227	1 588	75,59%
Transferências correntes	20 837 949	255 877	21 947 960	667	21 936 907	667	21 936 240	266 930	105,27%
Venda de bens e serviços correntes	4 753 410	546 520	3 112 415	34 517	3 070 899	8 754	3 062 146	562 273	64,42%
Outras receitas correntes	48 252	18 012	138 437	13 362	106 463	1	106 462	36 625	220,64%
RECEITAS DE CAPITAL	31 150 302	0	10 915 411	0	10 915 411	0	10 915 411	0	35,04%
Venda de bens de investimento	1 746 801	0	1 304 637	0	1 304 637	0	1 304 637	0	74,69%
Transferências de capital	11 740 564	0	6 758 875	0	6 758 875	0	6 758 875	0	57,57%
Ativos financeiros	10 976 378	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Passivos financeiros	6 405 553	0	2 851 898	0	2 851 898	0	2 851 898	0	44,52%
Outras receitas de capital	281 006	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
OUTRAS RECEITAS	3 578	156	5 748	0	5 748	0	5 748	156	160,64%
TOTAL DAS RECEITAS	73 043 367	972 290	51 772 817	104 637	51 643 523	27 642	51 615 881	1 024 589	70,66%
Integração do saldo da gerência	2 358 378		2 358 378		2 358 378		2 358 378		
TOTAL	75 401 745	972 290	54 131 195	104 637	54 001 900	27 642	53 974 259	1 024 589	71,58%

Conforme se pode verificar pelo quadro acima, em termos de estrutura da receita cobrada líquida em 2021, 79% da mesma é referente as receitas correntes e 21% a receitas de capital. Em termos de receitas correntes, 54% das mesmas são provenientes de transferências correntes, entre as quais se destacam as transferências provenientes do Estado, 32% são provenientes de impostos diretos, onde o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) assume especial relevância, 8% são provenientes da Venda de bens e de Serviços, entre as quais assume especial importância as relacionadas com os Serviços de resíduos sólidos urbanos, 4% são provenientes de rendimentos de propriedade e 2% de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades.

Graficamente, esta repartição pode ser apresentada da seguinte forma:



No que respeita às receitas de capital, 62% das mesmas estão relacionadas com as transferências de capital, parte significativa das quais, associadas à participação comunitária em projetos cofinanciados pelo Estado e ao Fundo de Equilíbrio Financeiro na vertente de transferências de capital, 26% estão relacionadas com passivos financeiros associados a empréstimos de médio-longo prazo contraídos junto de instituições financeiras e 12% relacionadas com venda de bens de investimento.



Em termos de execução, as receitas correntes apresentam uma execução orçamental de 97,15%, o equivalente a 40.694.723 € para um total de previsões corrigidas de 41.889.487 €. A rubrica mais representativa desta componente da receita – Transferências Correntes – apresenta uma execução de 105,27%, o equivalente a 21.936.240 € face uma previsão corrigida de 20.837.949 €. Para além desta, também a rubrica de impostos diretos e a rubrica de outras receitas correntes, apresentaram taxas de execução superiores a 100%, tendo ascendido a 100,11% e a 220,64%. A primeira (impostos diretos) com uma receita cobrada de 13.124.639 €, superou a previsão corrigida de 13.110.339 €, sendo a segunda rubrica mais representativa da receita, e por inerência da receita corrente, representando 32% do total destas e 25% do total da receita arrecadada no ano (não considerando o saldo da gerência anterior). A segunda (outras receitas correntes), apesar do elevado nível de execução, não tem representatividade no total da receita arrecadada, tendo atingido 106.462 €, i.e. cerca de 0,02% da receita total e 0,26% das receitas correntes líquidas cobradas no período. A terceira rubrica mais representativa da receita corrente é a rubrica da venda de bens e serviços correntes, cujo montante de receita cobrada líquida ascendeu a 3.062.146 €, face a previsões corrigidas de 4.753.410 €, com um grau de execução que ascendeu a 64,42%, tendo sido a rubrica que, em termos da receita corrente, apresenta uma taxa mais baixa de execução. Esta rubrica apresenta igualmente, a receita por cobrar mais elevada do cômputo da receita corrente, cujo valor que transita para o período seguinte ascende a 562.273 €, num total de receitas correntes por cobrar de 1.024.433 €. A

execução da rubrica de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades ascendeu a 83,49%, tendo sido cobradas receitas líquidas de 973.009 €, de um total de previsões corrigidas de 1.165.456 €.

Já no que respeita à execução das receitas de capital, verificam-se taxas de execução substancialmente mais reduzidas. A rubrica mais representativa desta componente – Transferências de Capital – atingiu um nível de execução de 57,57%, o equivalente a 6.758.875 € de um total de previsões corrigidas que ascendem a 11.740.564 €. Também a rubrica de Passivos Financeiros, apresenta um nível de execução de 44,52%, tendo sido realizados 2.851.898 € de um total previsto de 6.405.553 €. Excetuando a rubrica de outras receitas, cuja execução ascendeu a 160,64%, com receita arrecadada líquida de 5.748 € em 3.578 € previstos, rubrica esta sem qualquer relevância, a rubrica com maior execução é a rubrica de vendas de bens de investimento, cuja execução ascendeu a 74,69%, o equivalente a 1.304.637 €, face a previsões corrigidas de 1.746.801 €.

Procedendo-se a uma análise comparativa da evolução da estrutura e evolução da receita entre 2021 e o período homólogo anterior, esta evolução pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA RECEITA				
	2020	2021		Varição
	Execução	Execução	%	2020/2021
RECEITAS CORRENTES	38 542 236	40 694 723	78,84%	5,58%
Impostos diretos	12 745 787	13 124 639	25,43%	2,97%
Impostos indiretos, Taxas, multas e outras penalidades	1 123 360	973 009	1,89%	-13,38%
Rendimentos da propriedade	1 500 516	1 492 227	2,89%	-0,55%
Transferências correntes	20 162 104	21 936 240	42,50%	8,80%
Venda de bens e serviços correntes	2 939 625	3 062 146	5,93%	4,17%
Outras receitas correntes	70 844	106 462	0,21%	50,28%
RECEITAS DE CAPITAL	6 809 718	10 915 411	21,15%	60,29%
Venda de bens de investimento	30 000	1 304 637	2,53%	4248,79%
Transferências de capital	5 133 424	6 758 875	13,09%	31,66%
Passivos financeiros	1 181 295	2 851 898	5,53%	141,42%
Outras receitas de capital	465 000	0	0,00%	-100,00%
OUTRAS RECEITAS	587	5 748	0,01%	879,80%
TOTAL DAS RECEITAS	45 352 541	51 615 881	100,00%	13,81%
Integração do saldo da gerência	3 410 147	2 358 378		
TOTAL	48 762 688	53 974 259		

Conforme se pode verificar pelo quadro anteriormente apresentado, no que respeita à receita corrente, a variação positiva mais relevante está conexas as transferências correntes que aumentaram entre o período homólogo anterior e este período, (+) 1.774.136 €, o equivalente a (+) 8,8%. Também com relevância, verifica-se o aumento das receitas de impostos diretos, cuja variação ascendeu a (+) 2,97%, mas cujo valor absoluto de variação totaliza (+) 378.851 €. A variação na receita arrecadada da venda de bens e serviços correntes ascendeu a (+) 122.520 €, o equivalente a (+) 4,17% e a variação na rubrica de outras receitas correntes ascendeu a (+) 35.618 €, o equivalente a (+) 50,28% face à execução no ano homólogo anterior. Já no que respeita às diminuições, elas estão relacionadas com os impostos indiretos que diminuíram, face a 2020, (-) 150.351 €, o equivalente a (-) 13,38% e com os rendimentos de propriedade cuja variação entre períodos ascende a (-) 8.289 €, o equivalente a (-) 0,55%.

Relativamente à componente Receitas de Capital, houve um aumento na execução de todas as rubricas, com exceção da rubrica de outras receitas de capital, que por definição, já é, em si, uma rubrica residual. O aumento mais representativo está relacionado com a rubrica de passivos financeiros, cujo valor executado ascendeu a 2.851.898 €, (+) 1.670.604 € que no ano homólogo anterior, representando um aumento de (+) 141,42% face a 2020. De semelhante magnitude, verifica-se na rubrica de transferências capital uma variação de (+) 1.625.452 €, (+) 31,66% que no ano anterior e na rubrica de vendas de bens de investimento, cuja variação face a 2020 ascendeu a (+) 1.274.637 € de receita arrecadada. Pese embora o nível de execução das receitas de capital em 2021 esteja muito abaixo de 100%, ascendendo a 21,15% (em 2020 ascendia a 24,71%), verifica-se que o valor absoluto arrecadado destas receitas neste ano é significativamente superior ao valor da receita cobrada líquida no exercício homólogo anterior, ascendendo essa variação a (+) 13,81%, o equivalente a (+) 4.105.692 € face a 2020.

Procedendo-se a uma análise mais detalhada por rubrica da receita, apresenta-se no quadro seguinte as principais variações da receita própria entre períodos homólogos (valores em euros).

RECEITAS PRÓPRIAS						
	2020	2021				
	Execução	Execução	Varição 2020/2021	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
RECEITAS CORRENTES						
Impostos diretos	12 745 787	13 124 639	2,97%	65,42%	32,25%	25,43%
Impostos indiretos, Taxas, multas e outras penalidades	1 123 360	973 009	-13,38%	4,85%	2,39%	1,89%
Rendimentos de propriedade	1 500 516	1 492 227	-0,55%	7,44%	3,67%	2,89%
Venda de bens e serviços correntes	2 939 625	3 062 146	4,17%	15,26%	7,52%	5,93%
Outras receitas correntes	70 844	106 462	50,28%	0,53%	0,26%	0,21%
Sub-Total	18 380 132	18 758 483	2,06%	93,50%	46,10%	36,34%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de bens de investimento	30 000	1 304 637	4248,79%	6,50%		2,53%
Outras receitas de capital	465 000	0	-100,00%	0,00%		0,00%
Sub-Total	495 000	1 304 637	163,56%	6,50%		2,53%
TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	18 875 132	20 063 120	6,29%	100,00%		38,87%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	38 542 236	40 694 723			100,00%	78,84%
TOTAL DAS RECEITAS	45 352 541	51 615 881				100,00%

Conforme se pode verificar, em termos gerais verifica-se um aumento das receitas próprias correntes entre o exercício em análise e o exercício homólogo anterior, que ascende a (+) 2,06%, o equivalente a (+) 378.351 €. Este aumento é essencialmente justificado pelo aumento nas rubricas de impostos diretos, venda de bens e serviços correntes, e outras receitas correntes. Estas três rubricas representam 81,21% do total das receitas próprias do Município em 2021, 40,04 % do total das receitas correntes e 31,57% do total da receita do período em análise. Em sentido inverso, regista-se uma diminuição na receita líquida cobrada de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, de (-) 13,38%, o equivalente a (-) 150.351 €, bem como uma redução, na rubrica de rendimentos de propriedade, sem expressão relevante.

Detalhando cada uma das rubricas, apresenta-se a evolução dos impostos diretos entre 2020 e 2021 (valores em euros):

IMPOSTOS DIRETOS				
	2020	2021		Var. %
	Valor	Valor	%	2020/2021
Imposto municipal sobre imóveis	6 887 980	6 291 592	47,94%	-8,66%
Imposto único de circulação	2 146 038	2 068 154	15,76%	-3,63%
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 176 055	3 168 978	24,15%	45,63%
Derrama	1 535 715	1 595 915	12,16%	3,92%
TOTAL	12 745 787	13 124 639	100,00%	2,97%

O aumento de (+) 2,97% na receita de impostos diretos entre períodos é essencialmente justificado pelo aumento da receita de IMT, que passou de 2.176.055 € para 3.168.978 €. Este aumento de (+) 992.923 €, o equivalente a (+) 45,63% face a 2020, está associado às condições de mercado para a transação de imóveis. Com variação igualmente positiva, embora de menor significado, apresentam-se as receitas de derrama, cujo aumento ascendeu a (+) 60.200 €, o equivalente a (+) 3,92%. Em sentido inverso, verifica-se um decréscimo das receitas de IMI, no valor de (-) 596.388 €, o equivalente a (-) 8,66%, e do imposto único de circulação, no valor de (-) 77.884€, o equivalente a (-) 3,63%.

Relativamente às rubricas de impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, a evolução da receita de 2021 face ao período homólogo anterior foi a seguinte (valores em euros):

IMPOSTOS INDIRETOS, TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES				
	2020	2021		Var. %
	Valor	Valor	%	2020/2021
IMPOSTOS INDIRETOS	0	0		
TAXAS	1 056 001	853 107	87,68%	-19,21%
Mercados e feiras	34 736	-5 175	-0,53%	-114,90%
Loteamentos e obras	784 969	592 155	60,86%	-24,56%
Ocupação da via pública	83 030	77 890	8,01%	-6,19%
Animais	1 331	1 320	0,14%	-0,76%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	17 587	19 737	2,03%	12,53%
Outras taxas específicas das autarquias locais	134 349	167 179	17,18%	24,44%
MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	67 359	119 902	12,32%	78,01%
Juros de mora	35 853	90 198	9,27%	151,58%
Juros compensatórios	27 191	18 679	1,92%	-31,30%
Multas e penalidades diversas	4 315	11 024	1,13%	155,50%
TOTAL	1 123 360	973 009	100,00%	-13,38%

Em termos globais, verifica-se uma redução de (-) 150.351 € de receita cobra líquida, face ao ano anterior, o correspondente a (-) 13,38%. Da análise entre períodos verifica-se uma

diminuição de receitas de taxas que ascende a (-) 202.894 €, o equivalente a (-) 19,21% face ao período homólogo anterior e um aumento na receita proveniente de multas e penalidades diversas, no valor de (+) 52.543 €, o equivalente a (+) 78,01%. Das variações negativas, destaca-se a arrecadação de (-) 192.813 € de receita relativa a loteamentos e obras, face a 2020, o equivalente a (-) 24,56%. O valor de execução negativa de receita proveniente de taxas de mercados e feiras, relaciona-se com reembolsos e restituições de períodos anteriores, que ascenderam a 6.530 €.

No que respeita aos rendimentos de propriedade, as variações entre 2021 e o período homólogo anterior á apresentada da forma seguinte (valores em euros):

RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE				
	2020	2021		Var. % 2020/2021
	Valor	Valor	%	
Juros	75	22	0,00%	-70,49%
Dividendos e participações nos lucros de sociedades	50 902	39 342	2,64%	-22,71%
Rendas	1 449 539	1 452 862	97,36%	0,23%
TOTAL	1 500 516	1 492 227	100,00%	-0,55%

Os valores arrecadados de receitas de rendimentos de propriedade apresentam uma diminuição de (-) 8.289 €, o equivalente a (-) 0,55% face ao período de 2020, essencialmente justificada pela diminuição da rubrica de dividendos e participações nos lucros de sociedades.

A evolução das prestações de serviços correntes é apresentada no quadro seguinte (valores em euros):

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES				
	2020	2021		Var. % 2020/2021
	Valor	Valor	%	
SERVIÇOS	2 832 172	2 947 795	96,27%	4,08%
Aluguer de espaços e equipamentos	4 649	2 640	0,09%	-43,21%
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	220 841	178 094	5,82%	-19,36%
Serviços recreativos e culturais	188	74	0,00%	-60,62%
Serviços desportivos	220 653	178 020	5,81%	-19,32%
Serviços específicos das autarquias	2 606 682	2 767 061	90,36%	6,15%
Resíduos sólidos	2 223 259	2 267 424	74,05%	1,99%
Cemitérios	14 785	14 789	0,48%	0,03%
Outros	368 637	484 848	15,83%	31,52%
RENDAS	107 454	114 351	3,73%	6,42%
TOTAL	2 939 625	3 062 146	100,00%	4,17%

Tal como apresentado no quadro anterior, a rubrica de vendas de bens e serviços correntes apresenta um aumento de (+) 122.520 €, o equivalente a (+) 4,17% face ao período homólogo anterior. Este aumento tem essencialmente como origem a arrecadação de mais receita da rubrica de serviços específicos das autarquias, no valor de (+) 160.379 €, o equivalente a (+) 6,15%, e o aumento na rubrica de rendas, no valor de (+) 6.897 €, o equivalente a (+) 6,42%. A rubrica mais representativa do cômputo dos serviços correntes é a rubrica relacionada com a receita de resíduos sólidos urbanos, cujo montante executado ascende a 2.267.424 €, o equivalente a 74,05% da rubrica. A evolução face ao período homólogo anterior ascendeu a (+) 44.165€, o equivalente a (+) 1,99%.

Por último, detalha-se a variação das transferências correntes e de capital entre períodos homólogos (valores em euros):

TRANSFERÊNCIAS				
	2020	2021		Var. %
	Valor	Valor	%	2020/2021
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20 162 104	21 936 240	76,45%	8,80%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 989 791	2 321 765	8,09%	16,68%
Públicas	479 090	626 422	2,18%	30,75%
Privadas	1 510 701	1 695 344	5,91%	12,22%
Estado	18 040 941	19 337 497	67,39%	7,19%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	12 356 908	13 463 397	46,92%	8,95%
Fundo Social Municipal	1 945 004	1 945 004	6,78%	0,00%
Participação fixa no IRS	1 809 880	2 029 531	7,07%	12,14%
Participação do IVA	298 932	241 331	0,84%	-19,27%
Outras	1 630 217	1 658 235	5,78%	1,72%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	89 969	228 204	0,80%	153,65%
Segurança social	41 403	48 773	0,17%	17,80%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 133 424	6 758 875	23,55%	31,66%
Estado	1 920 460	2 122 458	7,40%	10,52%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 372 990	1 495 933	5,21%	8,95%
Artigo 35º, nº 5 da Lei 73/2013	547 470	626 525	2,18%	14,44%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	3 212 964	4 636 417	16,16%	44,30%
TOTAL	25 295 527	28 695 115	100,00%	13,44%
TOTAL DA RECEITA	45 352 541	51 615 881		
% das Transferências no total da receita	55,78%	55,59%		

O quadro anterior evidencia um aumento das transferências totais entre 2020 e 2021 que ascende a (+) 3.399.588 €, o equivalente a (+) 13,44%. Este aumento é generalizado pelas diferentes rubricas que compõem as transferências, havendo apenas reduções face ao período homólogo, na rubrica de participação do IVA, cujo valor da variação ascende a (-) 57.602 €, o equivalente a (-) 19,27% face a 2020.

Relativamente às restantes rubricas, realça-se o aumento considerável de (+) 1.423.454 € na rubrica de participação comunitária em projetos cofinanciados pelo Estado, classificado em transferências de capital, e o aumento de (+) 1.106.489 € na rubrica de transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, o equivalente a (+) 8,95%.

3.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA

A execução da despesa para o exercício de 2021 pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

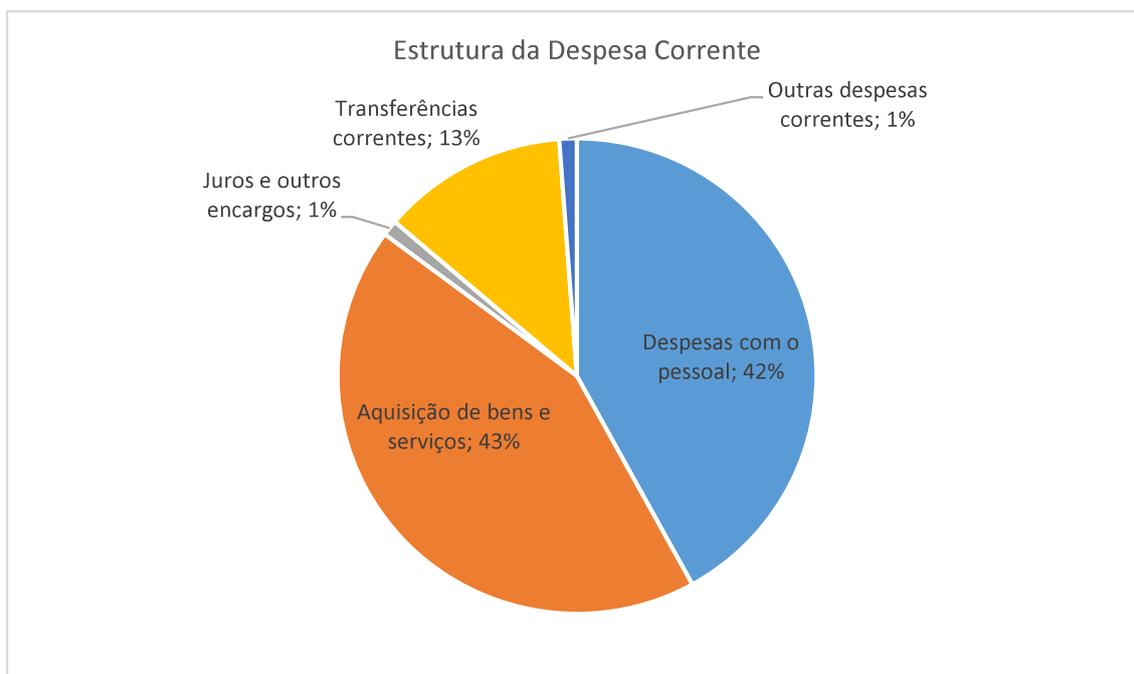
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA										
2021										
	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Compromissos	Obrigações	Pagamentos	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Taxa de execução		
								Pagamentos	Obrigações	Compromissos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)-(4)	(7)=(4)-(5)	(5)/(2)	(4)/(2)	(3)/(2)
DESPESA EFETIVA	8 261 259	72 662 940	70 944 834	53 849 592	49 751 533	17 095 242	4 098 059	68,47%	74,11%	97,64%
Despesa Corrente	3 617 072	38 677 738	37 696 783	33 459 346	30 165 832	4 237 438	3 293 514	77,99%	86,51%	97,46%
Despesas com o pessoal	144 693	13 246 332	12 849 838	12 837 292	12 669 058	12 546	168 234	95,64%	96,91%	97,01%
Aquisição de bens e serviços	2 911 523	19 627 248	19 299 558	15 764 108	13 022 339	3 535 450	2 741 770	66,35%	80,32%	98,33%
Juros e outros encargos	0	321 403	321 363	321 363	321 363	0	0	99,99%	99,99%	99,99%
Transferências correntes	282 115	4 999 212	4 745 018	4 079 660	3 795 509	665 358	284 151	75,92%	81,61%	94,92%
Outras despesas correntes	278 741	483 543	481 006	456 923	357 564	24 084	99 359	73,95%	94,49%	99,48%
Despesa de capital	4 644 187	33 985 202	33 248 051	20 390 247	19 585 701	12 857 804	804 545	57,63%	60,00%	97,83%
Aquisição de bens de capital	3 210 151	29 364 500	28 728 554	16 608 610	16 176 109	12 119 944	432 501	55,09%	56,56%	97,83%
Transferências de capital	1 434 035	4 620 700	4 519 497	3 781 637	3 409 592	737 860	372 044	73,79%	81,84%	97,81%
Outras despesas de capital		2	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESA NÃO EFETIVA	32 811	2 738 804	1 911 273	1 911 273	1 911 273	0	0	69,78%	69,78%	69,78%
Ativos financeiros	29 615	29 630	29 615	29 615	29 615	0	0	99,95%	99,95%	99,95%
Passivos financeiros	3 196	2 709 174	1 881 658	1 881 658	1 881 658	0	0	69,46%	69,46%	69,46%
TOTAL DAS DESPESAS	8 294 070	75 401 744	72 856 107	55 760 865	51 662 806	17 095 242	4 098 059	68,52%	73,95%	96,62%

O quadro anterior evidencia um nível de execução global da despesa que ascende a 68,52% (2020: 65,18%), o que equivale a 51.662.806 € de despesa paga (2020: 46.404.310 €), face a um total de dotações corrigidas de 75.401.744 € (2020: 71.189.439 €).

O nível de execução da despesa corrente ascende a 77,99% (2020: 75,02%), sendo de destacar um nível de execução próximo de 95,64% relativamente às despesas com pessoal (2020: 98,02%), cujo valor pago representa 24,52% do total dos pagamentos efetuados no período (2020: 24,53%) e 42% do total das despesas correntes pagas em 2021, percentagem semelhante à de 2020.

A rubrica de aquisição de bens e serviços, cuja execução no período ascendeu a 66,35% (2020: 60,49%), representando um total de 13.022.339 € de despesa paga (2020: 11.389.820 €), que compara com as dotações corrigidas para esta rubrica, que ascendem ao total de 19.627.248€ (2020: 18.829.434 €) é aquela que regista um maior valor absoluto de despesa corrente paga. As transferências correntes apresentam um nível de execução de 75,92% (2020: 74,84%), o equivalente a 3.795.509 € de despesa paga (2020: 3.271.470 €), e as rubricas de despesas com juros e outras despesas correntes apresentam, respetivamente, uma taxa de execução de 99,99% e 73,95% (2020: 98,90% e 73,49%, respetivamente).

A estrutura das despesas correntes é representada graficamente da seguinte forma:



Conforme se pode verificar pelo gráfico apresentado, 85% do valor da despesa corrente paga está relacionada com despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e de serviços. Os restantes montantes relevantes estão associados a transferências correntes. Esta distribuição da despesa não difere significativamente daquela que se apresentava no ano homólogo anterior.

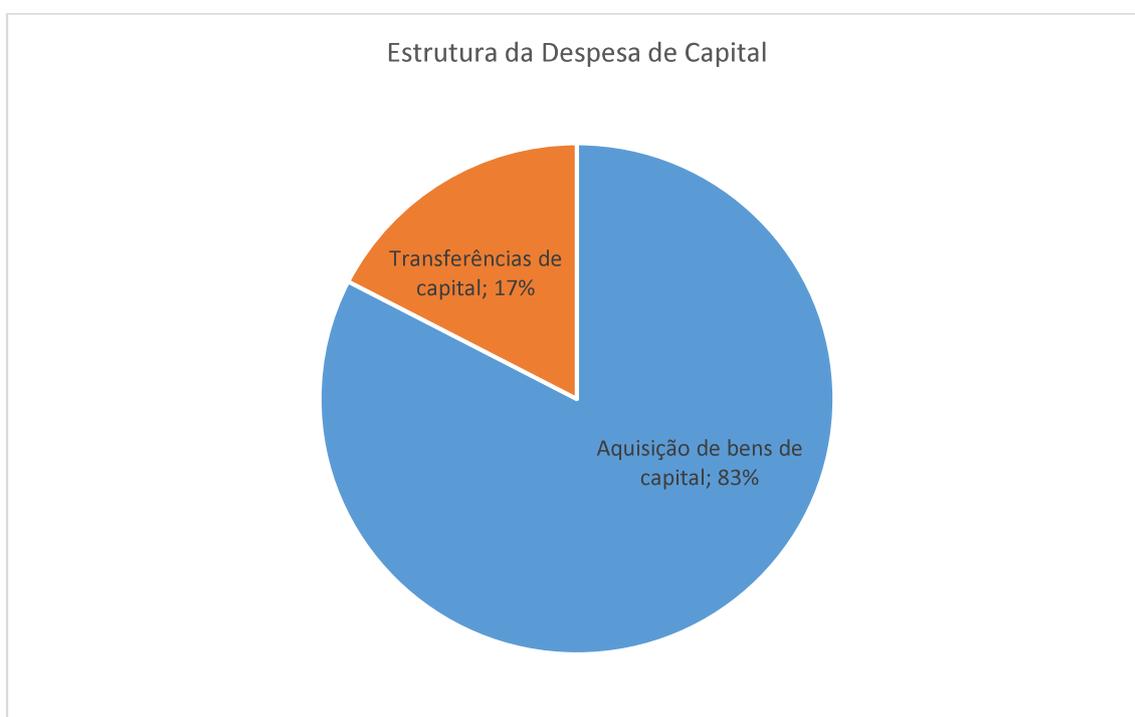
Se considerarmos as obrigações de 2021, correspondentes à despesa corrente faturada por terceiros ao Município, a taxa de execução destas face às dotações corrigidas

ascende a 86,51%. A diferença de 8,52% face à execução medida pelos pagamentos efetuados de despesas correntes, corresponde às obrigações por pagar de despesas correntes, que totalizam 3.293.514 €.

Considerando os compromissos assumidos com despesa corrente, a taxa de execução medida por esta rubrica sobre as dotações corrigidas ascende a 97,46%, valor próximo dos 100%. Este facto realça o conjunto de despesas correntes comprometidas e ainda não faturadas, que ascendem a 4.237.438 €, o correspondente a 10,96% do total das dotações corrigidas para despesa correntes de 2021.

Ao nível das despesas de capital, a taxa de execução ascendeu a 57,63% (2020: 65,05%), o equivalente a 19.585.701 € de pagamentos efetuados (2020: 17.825.690 €), que comparam com dotações corrigidas no montante de 33.985.202 € (2020: 33.407.761 €). Cerca de 82,59% dos pagamentos efetuados em despesa de capital referem-se à aquisição de bens de capital (2020: 84,5%), ascendendo estes pagamentos ao montante de 16.176.109 € (2020: 15.594.340 €), com uma taxa de execução de 55,09% (2020: 52,23%). A outra rubrica representativa das despesas de capital é a rubrica de transferências de capital, cujo montante de despesa paga ascende a 3.409.592 € (2020: 2.231.350 €), com uma execução de 73,79% (2020: 62,83%).

A estrutura da despesa de capital pode ser apresentada graficamente da seguinte forma:



As despesas de capital encontram-se divididas pela aquisição de bens de capital, representando 83% do total da despesa de capital paga, e pelas transferências de capital, cujo peso sobre a despesa de capital paga ascende a 17%.

Se considerarmos as obrigações de 2021, correspondentes à despesa de capital faturada por terceiros ao Município, a taxa de execução destas face às dotações corrigidas ascende a 60%. A

diferença de 2,37% face à execução medida pelos pagamentos efetuados de despesas de capital, corresponde às obrigações por pagar, que totalizam 804.545 €.

Considerando os compromissos assumidos com despesa de capital, a taxa de execução medida por esta rubrica sobre as dotações corrigidas ascende a 97,83%, valor próximo dos 100%. Este facto realça o conjunto de despesas de capital comprometidas e ainda não faturadas, que ascendem a 12.857.804 €, o correspondente a 37,83% do total das dotações corrigidas de despesas de capital.

No que se refere à estrutura e evolução da despesa do período de 2021 face ao período homólogo anterior, ela é apresentada da seguinte forma (valores em euros):

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DESPESA				
	2020	2021		Variação
	Execução	Execução	%	2020/2021
DESPESA EFETIVA	44 746 929	49 751 533	96,30%	11,18%
Despesa Corrente	26 921 239	30 165 832	58,39%	12,05%
Despesas com o pessoal	11 382 272	12 669 058	24,52%	11,31%
Aquisição de bens e serviços	11 389 820	13 022 339	25,21%	14,33%
Juros e outros encargos	339 439	321 363	0,62%	-5,33%
Transferências correntes	3 271 470	3 795 509	7,35%	16,02%
Outras despesas correntes	538 239	357 564	0,69%	-33,57%
Despesa de capital	17 825 690	19 585 701	37,91%	9,87%
Aquisição de bens de capital	15 594 340	16 176 109	31,31%	3,73%
Transferências de capital	2 231 350	3 409 592	6,60%	52,80%
DESPESA NÃO EFETIVA	1 657 381	1 911 273	3,70%	15,32%
Ativos financeiros	29 615	29 615	0,06%	0,00%
Passivos financeiros	1 627 766	1 881 658	3,64%	15,60%
TOTAL DAS DESPESAS	46 404 310	51 662 806	100,00%	11,33%

A variação da despesa efetiva entre 2020 e 2021 ascendeu a (+) 5.004.604 €, o equivalente a (+) 11,18%. Para esta variação, contribuiu um aumento da despesa de corrente no montante de (+) 3.244.593 €, (+) 12,05% face ao período homólogo anterior, e de uma variação positiva de (+) 1.760.011 € na despesa de capital, o equivalente a (+) 9,87% face a 2020.

A variação da despesa corrente está maioritariamente associada à variação nas despesas com a aquisição de bens e serviços, cuja execução ascendeu a 13.022.339 €, tendo-se registado um aumento face ao período homólogo anterior de (+) 1.632.518 €, o equivalente a (+) 14,33%, às despesas com pessoal, cujo montante executado ascendeu a 12.669.058 €, tendo-se registado

um aumento de (+) 1.286.786 € face a 2020, e à rubrica de transferências correntes, cujo montante executado em 2021 ascendeu a 3.795.509 €, tendo-se registado um aumento de (+) 524.039 €, o equivalente a (+) 16,02% face a 2020. Contribuíram igualmente para a variação da despesa corrente entre períodos homólogos, mas agora em sentido inverso, as rubricas de outras despesas correntes, cujo montante executado em 2021 ascendeu a 357.564 €, (-) 180.675 € que no período transato, e a rubrica de juros e outros encargos, cuja variação não teve expressão significativa, tendo ascendido a (-) 18.075 €, com uma execução de 321.363 €.

A variação da despesa de capital está maioritariamente relacionada com o aumento de (+) 1.178.242 € nas transferências de capital, que totalizaram no período o montante de 3.409.592 € (em 2020 este valor ascendeu a 2.231.350 €). A acompanhar esta variação, encontra-se a rubrica mais relevante das despesas de capital: a rubrica de aquisição de bens de capital, cujo valor executado em 2021 ascendeu a 16.176.109 €, apresentado uma variação positiva de (+) 581.769 €, o equivalente a (+) 3,73% face a 2020.

A despesa não efetiva, relacionada com ativos e passivos financeiros, registou um aumento entre períodos que ascendeu a (+) 253.892 €, o equivalente a (+) 15,60% face ao período homólogo anterior. Para esta variação, contribuiu o aumento das despesas com passivos financeiros que justifica integralmente a variação entre períodos.

Considerando as despesas de funcionamento, como as despesas fixas suportadas pela edilidade, necessárias ao normal funcionamento da atividade desenvolvida, esta teve a seguinte evolução entre períodos (valores em euros):

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				
	2020	2021		Variação
	Execução	Execução	%	2020/2021
Despesas com o pessoal	11 382 272	12 669 058	48,64%	11,31%
Aquisição de bens e serviços	11 389 820	13 022 339	49,99%	14,33%
Outras despesas correntes	538 239	357 564	1,37%	-33,57%
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	23 310 331	26 048 960	100,00%	11,75%
Despesas de funcionamento em % das despesas correntes			86,35%	
Despesas de funcionamento em % das despesas gerais totais			50,42%	

Conforme se pode verificar, 98,63% das despesas de funcionamento relacionam-se com despesas com pessoal e com despesas com a aquisição de bens e serviços. As despesas de funcionamento registaram uma variação de (+) 2.738.630 € face ao período homólogo anterior, o que equivale a (+) 11,75%. Estas despesas representam em 2021, 86,35% do total das despesas correntes e 50,42% do total das despesas.

Se considerarmos as receitas próprias como o conjunto das receitas que são fruto da atividade municipal, *per si*, e das despesas de funcionamento, como o conjunto das despesas fundamentais para o desenvolvimento das atividades municipais, pode-se verificar do confronto destas duas variáveis a dependência do Município de transferências do Estado e de terceiros. Os valores apresentados no quadro seguinte demonstram o relacionamento entre estas duas variáveis (valores em euros):

Relação entre Receitas Próprias e Despesas de Funcionamento				
	2020	2021	Variação	
	Execução	Execução	Valor	%
Receitas Próprias	18 875 132	20 063 120	1 187 988	6,29%
Despesas de Funcionamento	23 310 331	26 048 960	2 738 630	11,75%
Diferença	-4 435 199	-5 985 840	-1 550 642	34,96%
Receitas Próprias / Despesas de Funcionamento	81%	77%		

Conforme se pode verificar pelo quadro anterior, apenas 77% das despesas de funcionamento encontram-se asseguradas por receitas próprias. Este rácio diminuiu 4 pontos percentuais face ao período homólogo anterior.

Dentro da rubrica da despesa corrente, apresenta-se de forma detalhada a variação das despesas com a aquisição de bens e serviços entre períodos homólogos (valores em euros):

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	2020	2021		Variação
	Execução	Execução	%	2020/2021
AQUISIÇÃO DE BENS	2 257 342	2 899 610	22,27%	28,45%
Matérias-primas e subsidiárias	475 803	1 278 324	9,82%	168,67%
Combustíveis e lubrificantes	672 618	636 555	4,89%	-5,36%
Limpeza e Higiene, Alimentação, Vestuário, Mat. Escritório	159 781	112 888	0,87%	-29,35%
Produtos químicos e farmacêuticos	72 492	52 663	0,40%	-27,35%
Outras aquisições de bens	876 648	819 180	6,29%	-6,56%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	9 132 478	10 122 729	77,73%	10,84%
Encargos das instalações	2 397 288	2 626 127	20,17%	9,55%
Conservação de bens	314 605	429 840	3,30%	36,63%
Transportes	996 217	1 129 683	8,67%	13,40%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	282 407	233 006	1,79%	-17,49%
Outros trabalhos especializados	3 627 707	3 687 215	28,31%	1,64%
Outras aquisições de serviços	1 514 254	2 016 858	15,49%	33,19%
TOTAL DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	11 389 820	13 022 339	100,00%	14,33%

O total das despesas com aquisição de bens e serviços apresenta um aumento de (+) 1.632.518 €, o equivalente a (+) 14,33%. Nas rubricas de aquisição de bens, este aumento está relacionado com o acréscimo das despesas pagas referentes à aquisição de matérias-primas e subsidiárias, no montante de (+) 802.521 €, o equivalente a (+) 168,67% face ao período homólogo anterior, e com o decréscimo nas restantes rubricas, num agregado que totaliza (-) 160.253 €, o equivalente a (-) 0,9%. Nas rubricas de aquisição de serviços, houve aumentos na generalidade das rubricas, totalizando (+) 1.039.652 € face ao período anterior, o equivalente a (+) 11,75% face a 2020. Incorpora ainda o cômputo da variação das despesas pagas com a aquisição de serviços, a rubrica de estudos, pareceres, projetos e consultadoria, que registou uma variação negativa de (-) 49.402 €, o equivalente a (-) 17,49% face ao período anterior.

Por último, apresenta-se o detalhe da evolução da despesa com transferências correntes (valores em euros):

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
	2020	2021		Variação
	Execução	Execução	%	2020/2021
Administração local	2 389 293	2 646 082	69,72%	10,75%
Freguesias	942 000	962 857	25,37%	2,21%
Associações de municípios	159 627	226 811	5,98%	42,09%
Outros	1 287 666	1 456 414	38,37%	13,10%
Instituições sem fins lucrativos	658 435	688 813	18,15%	4,61%
Famílias	220 815	459 100	12,10%	107,91%
Outras transferências correntes	2 926	1 513	0,04%	-48,29%
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3 271 470	3 795 509	100,00%	16,02%

O total da despesa com transferências correntes em 2021 ascendeu a 3.795.509 €, (+) 524.039 € que no período homólogo anterior, o equivalente a (+) 16,02%. Para este aumento, contribuíram os aumentos da despesa para a Administração Local, no montante de (+) 256.789 €, o equivalente a (+) 10,75%, os aumentos com a despesa de transferências para instituições sem fins lucrativos, no montante de (+) 30.378 €, o equivalente a (+) 4,61%, e o aumento da despesa com famílias, no montante de (+) 238.285 €, o equivalente a (+) 107,91% face a 2020. A única rubrica que teve uma variação negativa foi a rubrica de outras transferências correntes, cuja variação ascendeu a (-) 1.413 €, sem qualquer significado no cômputo global.

4 ANÁLISE DA DÍVIDA

Tendo presente a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), republicada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, adiante designada por RFALEI e em vigor durante o exercício em análise, importa ter presente o estabelecido no nº 2, do artigo 52º que a **Dívida Total de Operações Orçamentais** do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O disposto no nº 1, do artigo 54º estabelece que para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídas, entre outras, as seguintes entidades:

- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19º e 51º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 8º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelas Leis nºs 75-A/2014, de 30 de setembro, e 42/2016, de 28 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio contas previstas no artigo 40º daquela lei.

Determina, ainda, o nº 4 que para efeitos de apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como o das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que **esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.**

É importante notar que as entidades referidas no primeiro ponto relevam sempre para o cálculo da Dívida Total de Operações Orçamentais do Município independentemente de cumprirem as regras de equilíbrio, mais concretamente independentemente do resultado líquido antes de impostos se encontrar positivo conforme disposto no artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o que não se aplica às entidades referidas no segundo ponto que apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas ali previstas.

De ressaltar que nas entidades participadas que apliquem o SNC-AP o Cálculo da Dívida Total de Operações Orçamentais é idêntico ao utilizado para o Município, pelo que a contribuição será determinada pelo valor apurado multiplicado pela participação do Município na respetiva entidade, sendo que nas entidades que não utilizem o SNC-AP e não disponham dos mapas de

operações de tesouraria e de contas ordens o apuramento será efetuado por analogia ao previsto para os Municípios.

No que concerne ao limite da Dívida Total, estabelece o nº 1, do artigo 52º, do RFALEI que a Dívida Total de Operações Orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

Nestes termos e tendo em conta os valores da receita corrente líquida cobrada nos anos de 2018 a 2020, o limite para o ano de 2021 importa em **57.199.040,94 €**, conforme se apresenta de seguida.

Não obstante aquele limite, importa notar que o nº 3 do artigo 52º dispõe na alínea b) que sempre que um Município cumpra o limite previsto no nº 1, **só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.** Deste modo, e tendo em conta que a dívida total do Município em 2020 se encontrava abaixo do limite previsto para aquele ano, ao abrigo do nº 1, do artigo 52º o Município apenas poderia aumentar no decurso de 2021 o valor correspondente a 20% da margem disponível no início deste exercício.

Contudo, dispõe o nº 1, do artigo 2º, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto, que o disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 52º, do RFALEI não se aplica nos anos de 2020 e 2021.

4.1. Dívida Total Municipal

Limite nos termos do nº 1, do artigo 52º do RFALEI

Receita Corrente Líquida 2018	Receita Corrente Líquida 2019	Receita Corrente Líquida 2020	Média (2018 a 2020)	Limite (2021) = 1,5 * Média (2018 a 2020)
37 302 002,09	38 553 844,07	38 542 235,72	38 132 693,96	57 199 040,94

Unidade: euros

Pela análise do quadro abaixo, é possível constatar que a Dívida Total do Município atingiu o montante de 34.976.083,80 €, cumprindo, desta forma, **quer o limite previsto no nº 1 quer na alínea b), do nº 3 do artigo 52º do RFALEI**, limites estes que ascendiam a 57.199.040,94 € e 41.570.422,76 €, respetivamente.

É de facto perceptível que se mantém a preocupação com a adoção de uma **gestão rigorosa, eficiente e eficaz** sempre numa perspetiva de estabilização da situação financeira da autarquia, sendo de realçar uma diminuição da Dívida Total em mais de 2.685.000 € relativamente a 2020. Constatamos que o Município de Paredes reduziu a Dívida Total entre o final do ano de 2017 e o *terminus* de 2020 em mais de **15.700.000 €**.

O montante da dívida total municipal, valor este que se encontra repartido pelas Contas Patrimoniais que a seguir se discriminam, inclui 65.962,27 € correspondente ao contributo das Entidades nas quais o Município detém participação.

CONTRIBUTO DAS ENTIDADES	31-12-2021
Sociedade Ponto Verde, SA (Não apresentaram as Contas do Exercício de 2021)	
Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira, Lda (Não apresentaram as Contas do Exercício de 2021)	
Sociedade Hidroelétrica do Norte	0,00
Hospital da Misericórdia de Paredes, SA	0,00
Carnagri - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega	0,00
Adega Cooperativa de Paredes	604,60
Associação de Municípios do Vale do Sousa	35 554,64
Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,00
Turismo Porto e Norte	0,00
Ader Sousa	4 891,08
Associação Inova	0,00
Área Metropolitana do Porto	18 259,54
Agência de Energia do Porto	6 652,41
Município, SA	0,00
TOTAL	65 962,27

Unidade: euros

CONTA PATRIMONIAL SNC-AP	DESCRIÇÃO SNC-AP	31-12-2021
22.1.1.01	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses	2 335 432,12
22.1.1.02	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - cessão de créditos	0,00
22.1.1.03	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - Contratos Futuros	109 564,96
22.1.2.03	Fornecedores c/c - exigível a mais de 12 meses - Contratos Futuros	269 831,33
22.5.1	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	626 547,44
25	Financiamentos Obtidos	29 016 438,32
24.2	Retenções de impostos sobre rendimentos	77 707,06
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	236 626,34
24.3	IVA a pagar	0,00
27.1.1.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	297 846,19
27.1.6	Fornecedores de investimentos - sociedades de factoring	0,00
27.1.1.1.3	Fornecedores de investimentos - Cessão de Crédito	0,00
27.1.1.1.2+27.1.1.2.2	Fornecedores de investimento - Acordos/Contratos Futuros	383 161,24
27.1.2.1	Fornecedores de investimentos - Faturas em receção e conferência	387 809,05
27.8.9.2.9.1.3.1	Associações de Municípios	20 750,00
	Credores de Transferências para as Autarquias Locais	741 017,14
20.2.2+20.2.1	Administração Local/Estado	263 857,36
20.2.9.1.1+20.2.9.1.2+20.2.9.1.9	Instituições particulares/Instituições de crédito/Outros	473 901,08
20.2.9.1.3	Famílias	3 258,70
20.2.4.1.1.1.1+20.2.4.9.9+20.2.4.		
9.1+27.8.5.1+27.8.5.2+27.8.5.3.1	FEDER/Outros credores	1 408 907,09
+27.8.5.3.9.1+27.8.9.2.9.1.9		
20.4	Credores por Empréstimos Bonificados e Subsídios Reembolsáveis	0,00
27.6.9	Adiantamento por conta de vendas	238 800,36
	DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO (1)	36 150 438,64
	Contributo das entidades nos termos do artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (2) (considerando a informação disponibilizada ao Município até à data)	65 962,27
	COMPONENTE DE DÍVIDA EXCLUÍDA (3) nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o artigo 2º, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto	1 240 317,11
	APURAMENTO DÍVIDA TOTAL (1) + (2) - (3)	34 976 083,80
	MARGEM ABSOLUTA (a) (Limite para o ano em análise nos termos do nº 1, do artigo 52º da Lei das Finanças Locais - Dívida Total registada ano anterior)	19 535 772,73
	MARGEM UTILIZÁVEL (b) , nos termos da alínea b), do nº 3, do artigo 52º da Lei das Finanças Locais = 20% de (a)	3 907 154,55
	Verificação face ao montante de dívida total de 31 de dezembro do ano anterior (c)	-2 687 184,41
	Situação face ao limite tendo em conta a margem utilizável (c) - (b)	-6 594 338,96

Apesar do cálculo apresentado para a Margem Utilizável (b), de referir que este limite não se aplicará ao ano 2020 e 2021, nos termos da alteração introduzida à Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pela Lei nº 35/2020, de 13 de agosto.

Unidade: euros

Na perspetiva do Balanço, podemos constatar que o montante da Dívida Total do Município resulta das rubricas do Passivo deduzidas das contas patrimoniais que se excluem do respetivo cálculo, nomeadamente as correspondentes ao Fundo de Apoio Municipal, Fundo de Eficiência Energética, Diferimentos – Rendimentos a reconhecer, Provisões, Credores por Acréscimos de Gastos e Operações de Tesouraria, como de resto se constata no quadro seguinte:

PASSIVO	31-12-2021
Passivo não Corrente	68 320 208,45
Passivo Corrente	15 235 868,17
Rubricas do Passivo - Total (A)	83 556 076,62
DÍVIDA EXCLUÍDA	31-12-2021
Fundo de Apoio Municipal - Conta 27.5.1	0,00
Empréstimos BEI e Outros Excluídos - Contas 251121121+251122123+251122124	1 240 317,11
Diferimentos - Rendimentos a reconhecer - Conta 28.2	35 751 367,44
Outras Contas a pagar - Credores por Acréscimo de Gastos conta 27.2.2	2 040 003,91
Provisões - Conta 29	6 052 747,42
Total de Operações de Tesouraria	3 561 519,21
Dívida Excluída - Total (B)	48 645 955,09
DÍVIDA TOTAL (A - B) - Total (C)	34 910 121,53
CONTRIBUTO DAS ENTIDADES	31-12-2021
Sociedade Ponto Verde, SA (Não apresentaram as Contas do Exercício de 2021)	-
Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira, Lda (Não apresentaram as Contas do Exercício de 2021)	-
Sociedade Hidroelétrica do Norte	0,00
Hospital da Misericórdia de Paredes, SA	0,00
Carnagri - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega	0,00
Adega Cooperativa de Paredes	604,60
Associação de Municípios do Vale do Sousa	35 554,64
Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,00
Turismo Porto e Norte	0,00
Ader Sousa	4 891,08
Associação Inova	0,00
Área Metropolitana do Porto	18 259,54
Agência de Energia do Porto	6 652,41
Município, SA	0,00
Contributo das Entidades - Total (D)	65 962,27
DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL (C + D)	34 976 083,80

No que concerne às Entidades relevantes para efeitos do apuramento da Dívida Total, é importante referir que, não obstante os deveres de informação a que as entidades se encontram sujeitas ao abrigo artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Município formalizou um pedido de elementos, através do ofício nº 2098/SC, definindo um prazo limite de entrega dos mesmos por forma a proceder, em tempo, à respetiva avaliação e incorporação no encerramento do exercício em análise.

Foram rececionados os documentos respeitantes ao encerramento de contas do exercício de 2021 de todas as empresas nas quais o Município detém participação, com exceção da Sociedade Ponto Verde, S.A. e da Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira, Lda., pese embora as diligências junto das mesmas para que cumprissem com os deveres de informação, não enviaram a correspondente documentação até à data da concretização dos Documentos de Prestação de Contas.

Todos os documentos apresentados pelas entidades nas quais o Município detém participação foram indicados como ainda provisórios, com exceção dos apresentados pela Sociedade Hidroelétrica do Norte.

No montante a considerar para o respetivo cálculo, **65.962,27 €**, encontra-se o contributo da Adegas Cooperativas de Paredes, num total de **604,60 €** correspondente à proporção da respetiva participação social, pois que apresentou nas suas demonstrações financeiras o Resultado Líquido antes de impostos negativo. A este valor acresce o montante de **65.357,67 €** correspondente ao contributo da Associação de Municípios do Vale do Sousa, Ader Sousa, Área Metropolitana do Porto e AdePorto, entidades estas que relevam sempre independentemente de cumprir ou não com as regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

No que respeita à Associação Nacional de Municípios Portugueses, não é de mais voltar a referir a comunicação da Direção Geral das Autarquias Locais de 5 de julho de 2018, mais concretamente da área “Helpdesk SIIAL” que referia o seguinte:

«(...) informa-se que nos apuramentos efetuados pela DGAL, referentes ao endividamento municipal, a contribuição da dívida da Associação Nacional de Municípios Portugueses, registada pelos municípios na aplicação SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, é expurgada do referido apuramento, uma vez que é entendimento desta Direção-Geral que a referida entidade não se enquadra no previsto no artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual».

Deste modo e para melhor perceção, apresenta-se o seguinte quadro resumo:

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS | 2021

Entidade participada Denominação	Capital	Participação no final do exercício			Resultados antes de impostos	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal	Observações
		Valor nominal subscrito/Quota	%	Valor nominal realizado			
Sociedade Hidroelétrica do Norte	50 000,00	4 500,00	9,00	4 500,00	139 749,89	Não releva	DOCUMENTOS FINAIS
Sociedade Hidroelétrica do Rio Ferreira	199 519,15	17 956,72	9,00	17 956,72			Não cumpriu com os deveres de informação previstos na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto
Sociedade Ponto Verde, SA	250 000,00	500,00	0,20	500,00			Não cumpriu com os deveres de informação previstos na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto
Hospital da Misericórdia de Paredes, SA	3 900 000,00	56 000,00	1,44	56 000,00	64 060,64	Não releva	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Carnagri – Mata dourado Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA	6 600 000,00	55 300,00	0,84	55 300,00	-79 715,90	0,00	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Adega Cooperativa Paredes	718 780,00	5 000,00	0,70	5 000,00	-730,80	604,60	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Município, SA	3 236 678,67	4 985,01	0,15	4 985,01	58 328,28	Não releva	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Águas Douro & Paiva, SA	20 902 500,00	319 725,00	1,53	319 725,00	1 573 181,00	Não releva	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Simdouro - Saneamento do Grande Porto, SA	20 046 075,00	1 390 815,00	6,94	1 390 815,00	804 000,00	Não releva	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	...	5 931,01	0,39	5 931,01		Não releva	Contributo para a dívida expurgado, nos termos da comunicação da DGAL
Turismo Porto e Norte	1,16	...		Não releva	Contributo para a dívida expurgado
AMVS - Associação Municípios Vale do Sousa	7 238 131,62	50 304,79	16,67	50 304,79	-297 705,43	35 554,64	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Ader-Sousa	...	13 200,00	18,60	13 200,00	-54 631,80	4 891,08	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
Área Metropolitana do Porto	4 705 959,05	73 014,00	6,62	73 014,00	7 400 617,48	18 259,54	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
AdePorto	203 625,00	6 500,00	3,19	61 500,00	3 252,14	6 652,41	DOCUMENTOS PROVISÓRIOS
TOTAL DO CONTRIBUTO PARA O CÁLCULO DA DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL						65 962,27	

Unidade: euros

Importa, ainda, tecer algumas considerações sobre o montante em dívida na Conta Patrimonial 25 – Financiamentos Obtidos.

- Quanto à componente de **Empréstimos Bancários de Curto Prazo** (rubrica da despesa 1205), podemos constatar não haver qualquer despesa paga pois que, à semelhança do ano anterior, com enorme esforço na gestão das disponibilidades de tesouraria e sempre numa perspetiva de uma maior eficiência financeira, o Município não recorreu a qualquer empréstimo desta natureza para ocorrer a dificuldades de tesouraria.
- No que concerne à rubrica de **Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazos**, a dívida a 31 de dezembro de 2021 ascende a **29.016.438,32 €**, constatando-se um aumento de cerca de 973.436,56 € comparativamente ao montante apurado no final de 2020. Este aumento resulta do valor utilizado, num total de 1.835.319,64 €, por conta dos Empréstimos contraídos para “Aplicação em Investimentos” até ao montante de 2.400.000 € e de 2.800.000 € que mereceram o Visto do Tribunal de Contas em sessão diária de Visto realizada em 04/06/2020 e 11/05/2021, respetivamente, bem como dos empréstimos contraídos ao abrigo da Linha BEI – PT 2020 – Autarquias, num total de

1.016.578,85 €, compensado pelo valor amortizado pelo Município durante a gerência de 2021 que importou em 1.878.461,93 €.

Importa assinalar que do montante referido fazem parte os empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento e que ascendem a 235.650,95 €.

Para melhor perceção, discriminam-se de seguida no quadro resumo retirado do Mapa de Empréstimos Obtidos constante nos Documentos de Prestação de Contas:

MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS					
Caracterização do Empréstimo	Data de Contratação	Finalidade do Empréstimo	Capital		Dívida em 31 de Dezembro
			Contratado	Utilizado	
Longo prazo					
Caixa Geral de Depósitos	20/10/2000	INVESTIMENTO - HABITAÇÃO SOCIAL	810 934,84	810 934,84	158 606,51
Caixa Geral de Depósitos	20/10/2000	INVESTIMENTO - HABITAÇÃO SOCIAL	163 112,90	163 112,90	35 005,72
Caixa Geral de Depósitos	23/05/2002	IBENEFICIAÇÃO DA EM.595 - 1ª FASE	125 207,00	125 207,00	3 059,60
Caixa Geral de Depósitos	23/05/2002	IACESSO ÀS ZONAS INDUSTRIAIS DE GANDRA E REBORDOSA - VARIANTE RECTIFICAÇÃO E	135 352,09	135 352,09	3 980,94
Caixa Geral de Depósitos	23/05/2002	PAVIMENTAÇÃO DA EM.602 - 2ªFASE	166 671,07	166 671,07	3 433,44
Caixa Geral de Depósitos	18/07/2002	IQUALIFICAÇÃO URBANA DOS NÚCLEOS URBANOS DO CONCELHO - 1ªFASE	216 393,56	216 393,56	11 431,61
Caixa Geral de Depósitos	31/10/2002	IPARQUE EMPRESARIAL DE BALTAR/PARADA - 1ªFASE	342 263,18	342 263,18	20 133,13
TOTAL					235 650,95

Unidade: euros

Esta constatação é importante tendo em conta o preconizado no artigo 84º do RFALEI, pese embora o facto de não assumir a mesma relevância das gerências anteriores, particularmente da gerência de 2014, porquanto o Município registou um montante da Dívida Total a 31 de dezembro de 2021, 34.976.083,80 €, dentro o limite previsto no nº 1, artigo 52º, do RFALEI, i.e., encontra-se abaixo de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Comparativamente ao ano 2020, constatamos que o Município diminuiu em **2.687.184,41 €** o montante da Dívida Total, passando de 37.663.268,21 € para 34.976.083,80 €, diminuição esta que assume ainda maior significado quando comparamos com o total apresentado em 2017. Com um enorme esforço financeiro e a preocupação constante com a contenção na despesa, conseguimos **reduzir o montante da Dívida Total em cerca de 15.700.000 €** nestes quatro anos de mandato, decréscimo fundamentalmente impulsionado pelo pagamento de Dívidas a Terceiros e de Empréstimos Obtidos.

Esta situação é perceptível através da análise dos quadros comparativos que se apresentam de seguida.

CONTA PATRIMONIAL SNC-AP	DESCRIÇÃO SNC-AP	31-12-2021	31-12-2020
22.1.1.01	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses	2 335 432,12	2 190 605,36
22.1.1.02	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - cessão de créditos	0,00	112 186,75
22.1.1.03	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - Contratos Futuros	109 564,96	
22.1.2.03	Fornecedores c/c - exigível a mais de 12 meses - Contratos Futuros	269 831,33	453 410,89
22.5.1	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	626 547,44	824 989,16
22.6	Fornecedores - sociedades de factoring - exigível até 12 meses		
25	Financiamentos Obtidos	29 016 438,32	28 051 642,03
24.2	Retenções de impostos sobre rendimentos	77 707,06	66 931,83
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	236 626,34	220 281,79
24.3	IVA a pagar	0,00	0,00
27.1.1.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	297 846,19	2 441 042,26
27.1.6	Fornecedores de investimentos - sociedades de factoring	0,00	215 606,46
27.1.1.1.3	Fornecedores de investimentos - Cessões de Crédito	0,00	0,00
27.1.1.1.2+27.1.1.2.2	Fornecedores de investimento - Acordos/Contratos Futuros	383 161,24	510 403,05
27.1.2.1	Fornecedores de investimentos - Faturas em receção e conferência	387 809,05	474 879,80
27.8.9.2.9.1.3.1	Associações de Municípios	20 750,00	49 943,69
	Credores de Transferências para as Autarquias Locais	741 017,14	700 245,78
20.2.2+20.2.1	Administração Local/Estado	263 857,36	242 082,37
20.2.9.1.1+20.2.9.1.2+20.2.9.1.9	Instituições particulares/Instituições de crédito/Outros	473 901,08	456 078,32
20.2.9.1.3	Famílias	3 258,70	2 085,09
20.2.4.1.1.1+20.2.4.9.9+20.2.4.9.1+27.8.5.1+27.8.5.2+27.8.5.3.1 +27.8.5.3.9.1+27.8.9.2.9.1.9	FEDER/Outros credores	1 408 907,09	1 178 391,46
20.4	Credores por Empréstimos Bonificados e Subsídios Reembolsáveis	0,00	3 196,05
27.6.9	Adiantamento por conta de vendas	238 800,36	297 714,54
DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO (1)		36 150 438,64	37 791 470,90
Contributo das entidades nos termos do artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (2) (considerando a informação disponibilizada ao Município até à data)		65 962,27	167 782,24
COMPONENTE DE DÍVIDA EXCLUÍDA (3) nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o artigo 2º, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto		1 240 317,11	295 984,93
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL (1) + (2) - (3)		34 976 083,80	37 663 268,21

Unidade: euros

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS | 2021

CONTA PATRIMONIAL SNC-AP	DESCRIÇÃO SNC-AP	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2017
22.1.1.01	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses	2 335 432,12	2 190 605,36	1 128 532,17	2 060 023,95	3 483 196,96
22.1.1.02	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - cessão de créditos	0,00	112 186,75	117 969,70	106 756,77	106 468,80
22.1.1.03	Fornecedores c/c - exigível até 12 meses - Contratos Futuros	109 564,96				
22.1.2.03	Fornecedores c/c - exigível a mais de 12 meses - Contratos Futuros	269 831,33	453 410,89	783 897,82	1 131 200,66	1 467 312,92
22.5.1	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	626 547,44	824 989,16	1 455 407,23	506 022,41	346 432,71
22.6	Fornecedores - sociedades de factoring - exigível até 12 meses					5 805,60
25	Financiamentos Obtidos	29 016 438,32	28 051 642,03	28 481 802,43	29 870 722,72	31 732 313,79
24.2	Retenções de impostos sobre rendimentos	77 707,06	66 931,83	0,00	0,00	0,00
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	236 626,34	220 281,79	135 109,00	130 433,93	134 894,84
24.3	IVA a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.1.1.1.1	Fornecedores de imobilizado c/c	297 846,19	2 441 042,26	5 004 820,84	6 906 845,57	8 095 292,34
27.1.6	Fornecedores de investimentos - sociedades de factoring	0,00	215 606,46	0,00	14 382,22	78 655,41
27.1.1.1.3	Fornecedores de investimentos - Cessões de Crédito	0,00	0,00	87 711,53	89 307,66	97 051,17
27.1.1.1.2+27.1.1.2.2	Fornecedores de investimento - Acordos/Contratos Futuros	383 161,24	510 403,05	662 020,77	932 249,05	1 194 915,96
27.1.2.1	Fornecedores de investimentos - Faturas em receção e conferência	387 809,05	474 879,80	393 489,98	1 362 636,21	3 599,70
27.8.9.2.9.1.3.1	Associações de Municípios	20 750,00	49 943,69	56 964,04	57 731,03	90 720,19
	Credores de Transferências para as Autarquias Locais	741 017,14	700 245,78	1 919 809,24	2 575 340,38	2 235 433,83
20.2.2+20.2.1	Administração Local/Estado	263 857,36	242 082,37	764 626,50	1 382 055,13	711 932,17
20.2.9.1.1+20.2.9.1.2+20.2.9.1.9	Instituições particulares/Instituições de crédito/Outros	473 901,08	456 078,32	1 154 582,74	1 180 172,89	1 429 597,52
20.2.9.1.3	Famílias	3 258,70	2 085,09	600,00	13 112,36	93 904,14
20.2.4.1.1.1+20.2.4.9.9+20.2.4.9.1+27.8.5.1+27.8.5.2+27.8.5.3.1+27.8.5.3.9.1+27.8.9.2.9.1.9	FEDER/Outros credores	1 408 907,09	1 178 391,46	1 359 901,52	631 718,57	1 005 685,22
20.4	Credores por Empréstimos Bonificados e Subsídios Reembolsáveis	0,00	3 196,05			
27.6.9	Adiantamento por conta de vendas	238 800,36	297 714,54	297 714,54	561 004,54	527 439,11
	DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO (1)	36 150 438,64	37 791 470,90	41 885 150,81	46 936 375,67	50 605 218,55
	Contributo das entidades nos termos do artigo 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (2) (considerando a informação disponibilizada ao Município até à data)	65 962,27	167 782,24	72 887,59	49 629,76	84 278,16
	COMPONENTE DE DÍVIDA EXCLUÍDA (3) nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o artigo 2º, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto	1 240 317,11	295 984,93	-	-	-
	APURAMENTO DÍVIDA TOTAL (1) + (2) - (3)	34 976 083,80	37 663 268,21	41 958 038,40	46 986 005,43	50 689 496,71

Unidade: euros

Importa evidenciar que os serviços financeiros procederam à contabilização de todas as faturas que deram entrada no município no ano 2022, até à data de encerramento, cuja data de emissão respeita a 2021 e consideraram, no estrito cumprimento dos princípios contabilísticos, aquando da especialização do exercício, os custos e proveitos diferidos, bem como os acréscimos de custos e proveitos.

4.2. Outras Informações Relevantes

➤ Pagamentos em Atraso

Para além da informação analisada, importa ter presente o artigo 112º da LOE para 2021 que estabelece as regras de redução dos Pagamentos em Atraso a registar no ano de 2021, determinando o nº 1 que «Até ao final de 2021, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias,

registados no SIIAL à data de setembro de 2020, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local criado pela Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, na sua redação atual».

Face ao exposto e tendo em conta os montantes evidenciados no quadro seguinte, podemos constatar que o Município de Paredes cumpriu a obrigatoriedade de redução prevista, porquanto registou um montante de 1.397.152,47 €, **ficando abaixo daquele que era o limite previsto para o final do ano 2021 em 1.197.423,11 €.**

É importante reforçar que esta situação só se mantém possível pela continuidade da boa gestão das disponibilidades de tesouraria, que se continuou a registar sem necessidade de qualquer recurso a uma operação de empréstimo de curto prazo.

PA registados no SIIAL em setembro 2020	Montante máximo a registar em dezembro de 2021	PA registados no SIIAL em dezembro 2021
2 882 861,76	2 594 575,58	1 397 152,47

Unidade: euros

Para melhor perceção deste enorme esforço na procura da boa gestão combinada com a aposta no investimento para o crescimento do concelho, o quadro seguinte permite-nos concluir que o Município de Paredes **diminuiu os Pagamentos em Atraso em mais de 4.465.000 €** desde o final de 2018.

PA registados no SIIAL em dezembro 2018	PA registados no SIIAL em dezembro 2019	PA registados no SIIAL em dezembro 2020	PA registados no SIIAL em dezembro 2021
5 862 159,70	3 688 411,73	2 749 680,39	1 397 152,47

Unidade: euros

➤ Acordos de Pagamento

De acordo com o estabelecido no nº 3, do artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação, juntamente com os documentos de prestação de contas, o Município procedeu à inclusão, no capítulo próprio respeitante aos “Outros Anexos”, da informação respeitante aos Acordos de Pagamento em vigor no final do exercício de 2021.

Não obstante o Município se encontrar excluído do âmbito da aplicação da LCPA, optou-se por manter a inclusão desta informação para uma melhor perceção do cumprimento dos pagamentos decorrentes dos mesmos ao longo do exercício de 2021.

➤ Declaração de Compromissos Plurianuais e Pagamentos e Recebimentos em Atraso

Dando cumprimento ao disposto no nº 3, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, o Município procedeu à inclusão, no capítulo próprio respeitante aos “Outros Anexos”, da Declaração de Compromissos Plurianuais e Pagamentos e Recebimentos em Atraso, declaração já de resto presente aos órgãos municipais e publicitada no sítio da internet do Município conforme definido nos nºs 1 a 3 daquele artigo.

Não é de mais voltar a destacar que, pese embora o Município se encontre excluído do âmbito da aplicação da LCPA, não deixou este executivo de demonstrar qual a respetiva situação do Município à data de 31 de dezembro de 2021 no que concerne aos Compromissos Plurianuais e aos Pagamentos e Recebimentos em Atraso.

De notar, a preocupação com uma **gestão transparente, rigorosa, eficiente e eficaz** e que sempre constitui e continuará a constituir um dos princípios orientadores que estará sempre subjacente na definição das prioridades deste executivo. Só com esta gestão foi possível a estabilização dos Pagamentos em Atraso, cumprindo-se os limites definidos na LOE para 2021, a tendência sempre constante na sua diminuição e a redução no final de 2021 para 1/4 do montante com que nos deparamos no final do ano de 2017.

5 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste capítulo é apresentada uma breve análise económica e financeira. A estrutura e evolução da demonstração de resultados entre 2020 e 2021 pode ser apresentada da seguinte forma (valores em euros):

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Rubricas	2021	2020	Variação 2020/2021	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	14 450 055	13 903 126	546 929	3,93%
Prestações de serviços e concessões	5 729 343	5 460 726	268 617	4,92%
Transferências e subsídios correntes obtidos	21 824 269	20 222 564	1 601 705	7,92%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas	8 799	284 330	-275 531	-96,91%
Trabalhos para a própria entidade	1 748 061	1 137 989	610 073	53,61%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-784 553	-695 939	-88 614	12,73%
Fornecimentos e serviços externos	-11 919 896	-10 573 690	-1 346 205	12,73%
Gastos com pessoal	-13 066 530	-11 690 343	-1 376 187	11,77%
Transferências e subsídios concedidos	-5 397 648	-4 214 562	-1 183 086	28,07%
Prestações sociais	-179 476	-69 499	-109 977	158,24%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-11 416	-82 052	70 635	-86,09%
Provisões (aumentos/reduções)	-354 790	2 181 842	-2 536 632	-116,26%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	-82	2 021	-2 103	-104,07%
Outros rendimentos	2 867 755	1 703 318	1 164 437	68,36%
Outros gastos	-1 344 264	-450 764	-893 500	198,22%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13 569 627	17 119 066	-3 549 439	-20,73%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-15 477 817	-16 008 340	530 522	-3,31%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1 908 190	1 110 726	-3 018 917	-271,80%
Juros e rendimentos similares obtidos	247	471	-223	-47,47%
Juros e gastos similares suportados	-386 512	-396 435	9 923	-2,50%
Resultado antes de impostos	-2 294 455	714 762	-3 009 217	-421,01%
Resultado líquido	-2 294 455	714 762	-3 009 217	-421,01%

A demonstração de resultados de 2021 evidencia um resultado líquido do exercício negativo que ascende a (-) 2.294.455 €, inferior em (-) 3.009.217 € face ao período homólogo. Esta diminuição de resultados comporta variações positivas e negativas em resultados, essencialmente relacionadas com o seguinte:

No que se refere aos rendimentos:

- Aumento dos rendimentos relacionados com transferências e subsídios correntes, no montante de (+) 1.601.705 €, o equivalente a (+) 7,92%;

- Aumento de (+) 1.164.437 € na rubrica de outros rendimentos, o equivalente a (+) 68,36%, relacionados essencialmente com a alienação de terrenos registados em Ativos Fixos tangíveis;
- Aumento nos valores capitalizados sob a forma de trabalhos para a própria entidade, no montante de (+) 610.073 €, (+) 53,61% que no período homólogo anterior;
- Aumento de rendimentos relacionados com impostos, contribuições e taxas, no valor de (+) 546.929 €, o equivalente a (+) 3,93% face ao exercício anterior;
- Aumento de rendimentos de prestações de serviços e concessões, no montante de (+) 268.617 €, o equivalente a (+) 4,92% que em 2020; e
- Diminuição dos rendimentos imputados a entidades controladas, tendo passado de 284.330 € para 8.799 €, ascendendo a variação a (-) 275.531 €, o equivalente a (-) 96,91% face ao período homólogo anterior.

No que se refere aos gastos:

- Aumento de gastos relacionados com o pessoal, no montante de (+) 1.376.187 €, o equivalente a (+) 11,77% face a 2020;
- Aumento de gastos com fornecimentos e serviços externos, no montante de (+) 1.346.205 €, o equivalente a (+) 12,73%. Destes gastos destacam-se os aumentos em trabalhos especializados, serviços de transporte, e publicidade, comunicação e imagem, cujo aumento agregado totaliza (+) 1.251.977 €, o equivalente a (+) 38% face a 2020;
- Aumento das transferências e subsídios concedidos, no valor de (+) 1.183.086 €, o equivalente a (+) 28,07% face ao período homólogo anterior;
- Aumento em outros gastos, no montante de (+) 893.500 €, o equivalente a cerca de 3 vezes o montante do ano anterior;
- Aumento das prestações sociais no montante de (+) 109.977 €, o equivalente a (+) 158,24%; e
- Aumento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de (+) 88.614 €, cerca de (+) 12,73% face a 2020.

Contribuiu igualmente de forma relevante para o resultado, a variação na rubrica de Provisões, cujo valor registado em 2021 sob a forma de gasto ascendeu a 354.790 €. Em 2020, haviam sido registadas reversões com impacto positivo em resultados, no valor de 2.181.842 €. A diferença entre períodos no valor de (-) 2.536.632 € contribui decididamente para a diminuição do resultado de 2021, face a 2020.

Encontram-se ainda registadas imparidades de dívidas a receber e de investimentos, cujos valores ascendem no exercício a, respetivamente, 11.416 € e 82 € não apresentando qualquer relevância material. O efeito na variação destas rubricas ascende a (+) 68.532 € comparativamente a 2020.

Se considerarmos a atividade corrente municipal como aquela que gera rendimentos através de impostos, contribuições e taxas, prestações de serviços, transferências e subsídios obtidos e

trabalhos para a própria entidade, e aquela que tem gastos de funcionamento relacionados com o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, transferências e subsídios concedidos e gastos com prestações sociais, os resultados da atividade municipal podem ser apresentados da seguinte forma (valores em euros):

ANÁLISE DA ATIVIDADE

Rubricas	2021	2020	Variação 2020/2021	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	14 450 055	13 903 126	546 929	3,93%
Prestações de serviços e concessões	5 729 343	5 460 726	268 617	4,92%
Transferências e subsídios correntes obtidos	21 824 269	20 222 564	1 601 705	7,92%
Trabalhos para a própria entidade	1 748 061	1 137 989	610 073	53,61%
Total dos Rendimentos da Atividade Corrente Municipal	43 751 728	40 724 404	3 027 324	7,43%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-784 553	-695 939	-88 614	12,73%
Fornecimentos e serviços externos	-11 919 896	-10 573 690	-1 346 205	12,73%
Gastos com pessoal	-13 066 530	-11 690 343	-1 376 187	11,77%
Transferências e subsídios concedidos	-5 397 648	-4 214 562	-1 183 086	28,07%
Prestações sociais	-179 476	-69 499	-109 977	158,24%
Total dos Gastos da Atividade Corrente Municipal	-31 348 103	-27 244 033	-4 104 070	15,06%
RESULTADOS DA ATIVIDADE CORRENTE	12 403 625	13 480 371	-1 076 746	-7,99%

Conforme se pode verificar pelo quadro supra apresentado, os rendimentos da atividade aumentaram 7,43% face a 2020 e os gastos aumentaram 15,06% face ao mesmo período. Os resultados da atividade corrente ascenderam a 12.403.625 €, (-) 1.076.746 € que no período homólogo anterior, o equivalente a (-) 7,99%.

A percentagem de cada um dos gastos pelo total dos rendimentos da atividade corrente municipal, em cada um dos períodos apresentados é a seguinte:

PESO DOS GASTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DA ATIVIDADE

Rubricas	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1,79%	1,71%
Fornecimentos e serviços externos	27,24%	25,96%
Gastos com pessoal	29,87%	28,71%
Transferências e subsídios concedidos	12,34%	10,35%
Prestações sociais	0,41%	0,17%
Total dos Gastos da Atividade Corrente Municipal	71,65%	66,90%

Conforme se pode verificar, todas as rubricas passaram a ter um peso sobre o total dos rendimentos da atividade corrente municipal maior em 2021 que no período homólogo anterior.

Em termos financeiros è apresentado o Balanço e a sua estrutura em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 (valores em euros):

BALANÇO

Rubricas	2021	2020	Variação 2020/2021	
			Valor	%
ACTIVO				
Activo não corrente	242 761 040	240 072 910	2 688 130	1,1%
Ativos fixos tangíveis	238 347 206	235 684 805	2 662 401	1,1%
Propriedades de investimento	218 497	222 264	-3 767	-1,7%
Ativos intangíveis	1 063 797	1 127 407	-63 610	-5,6%
Participações financeiras	2 887 523	2 887 606	-82	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	1 401	0	1 401	n.a
Diferimentos	22 600	150 812	-128 212	-85,0%
Outros ativos financeiros	15	15	0	0,0%
Outras contas a receber	220 000	0	220 000	n.a.
Activo corrente	20 593 991	20 554 775	39 216	0,2%
Inventários	45 594	36 751	8 843	24,1%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 738 507	2 504 159	234 348	9,4%
Clientes, contribuintes e utentes	103 410	94 395	9 015	9,6%
Estado e outros entes públicos	106 187	57 711	48 476	84,0%
Outras contas a receber	11 498 734	11 993 141	-494 407	-4,1%
Diferimentos	228 588	271 313	-42 725	-15,7%
Caixa e depósitos	5 872 971	5 597 305	275 666	4,9%
TOTAL DO ACTIVO	263 355 030	260 627 685	2 727 346	1,0%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património / Capital	161 047 198	161 047 198	0	0,0%
Reservas	2 554 050	2 518 312	35 738	1,4%
Resultados transitados	-34 301 867	-36 247 532	1 945 665	-5,4%
Outras variações no património líquido	52 794 027	49 030 037	3 763 990	7,7%
Resultado líquido do período	-2 294 455	714 762	-3 009 217	-421,0%
Total do Património Líquido	179 798 954	177 062 778	2 736 176	1,5%

BALANÇO (CONT.)

Rubricas	2021	2020	Variação 2020/2021	
			Valor	%
Passivo não corrente	68 320 208	67 884 882	435 327	0,6%
Provisões	6 052 747	5 723 894	328 854	5,7%
Financiamentos obtidos	27 129 089	26 325 129	803 960	3,1%
Fornecedores de investimentos	256 401	380 656	-124 255	-32,6%
Fornecedores	269 831	453 411	-183 580	-40,5%
Diferimentos	31 126 864	31 826 595	-699 731	-2,2%
Outras contas a pagar	3 485 276	3 175 197	310 079	9,8%
Passivo corrente	15 235 868	15 680 025	-444 157	-2,8%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 216 304	978 372	237 932	24,3%
Fornecedores	3 071 545	3 127 781	-56 237	-1,8%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	238 800	297 715	-58 914	-19,8%
Estado e outros entes públicos	314 355	287 236	27 120	9,4%
Financiamentos obtidos	1 887 349	1 729 709	157 640	9,1%
Fornecedores de investimentos	812 416	3 261 275	-2 448 860	-75,1%
Outras contas a pagar	3 070 595	2 786 751	283 844	10,2%
Diferimentos	4 624 503	3 211 186	1 413 317	44,0%
Total do passivo	83 556 077	83 564 907	-8 830	0,0%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	263 355 030	260 627 685	2 727 346	1,0%

A análise apresentada do Balanço compara o balanço a 31 de dezembro de 2021 com o balanço 31 de dezembro de 2020. O balanço de 2020 é o que resulta da transposição de POCAL para SNC-AP sendo este o primeiro ano em que as demonstrações financeiras são comparáveis no novo normativo contabilístico.

Conforme se pode verificar, em 2021, 92,18% do Ativo é constituído por Ativo Não Corrente, e deste, 98,18% está relacionado com Ativos Fixos Tangíveis. Este peso não difere daquele que é apresentado no balanço a 31 de dezembro de 2020. Já no que se refere ao Ativo Corrente, que representa no período em análise 7,82% do Ativo, 55,84% do mesmo é constituído por Outras Contas a Receber. Para esta rubrica, cujo valor corrente ascende em 2021 a 11.498.734 €, contribui de forma relevante os valores relacionados com Devedores por Acréscimos de Rendimentos conexos aos impostos a receber em 2022, mas referentes ao exercício de 2021.

Do lado do Património Líquido e do Passivo, enquanto aquele representa 68,27% do Ativo em 2021, este representa 31,73% do Ativo.

Em termos de Passivo, há que referir a diminuição ténue do mesmo entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, diminuição esta que ascende a (-) 8.830 €. Verifica-se assim que, apesar dos investimentos realizados, não se registou um aumento no Passivo do Município.

Os principais indicadores económico-financeiros são apresentados no quadro seguinte:

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2021	2020	Fórmula de Cálculo
Liquidez Geral	1,35	1,31	Ativo Corrente / Passivo Corrente
liquidez Reduzida	1,35	1,31	(Ativo Corrente - Inventários) / Passivo Corrente
Liquidez Imediata	0,39	0,36	Meios Financeiros Líquidos / Passivo Corrente
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	97	144	Saldo Médio (Fornecedores + Fornecedores de Imobilizado)/Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365
Rendibilidade Operacional da Atividade Municipal	-4,36%	2,73%	Resultados Operacionais / Rendimentos da Atividade Corrente Municipal
Rendibilidade do Património Líquido	-1,28%	0,40%	Resultados Líquidos / Património Líquido
Rendibilidade Operacional do Ativo	-0,72%	0,43%	Resultados Operacionais / Ativo
Grau de Rotação do Ativo	0,17	0,16	Rendimentos da Atividade Corrente Municipal / Ativo
Autonomia Financeira	68,27%	67,94%	Património Líquido / Ativo
Solvabilidade	2,15	2,12	Património Líquido / Passivo
Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros	-4,94	2,80	Resultados Operacionais / Gastos Financeiros
Endividamento	0,32	0,32	Passivo / Ativo

6 DA CONTABILIDADE DE GESTÃO

A Contabilidade de Gestão tem-se revelado um instrumento de gestão interna de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades um maior rigor na gestão de recursos à sua disposição, possibilitando a sua alocação de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica.

Possibilita avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e atestar o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem complementar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral e de cada unidade funcional em particular.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento, prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Após a implementação deste novo sistema de normalização contabilística, ainda subsistem situações que carecem de aperfeiçoamento decorrentes da transição de uma contabilidade meramente de custos para uma contabilidade mais abrangente, designadamente transpondo para um sistema de contabilidade de gestão. Havendo, ainda, alguns passos a concretizar, nomeadamente a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão que, para além dos gastos, também passe a alocar as respetivas receitas dos bens, serviços e funções, possibilite obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos, o Município mantém-se numa fase evolutiva deste processo.

Neste momento a Contabilidade de Gestão ainda não se encontra preparada para responder à totalidade dos requisitos previstos na NCP 27, do SNC-AP, optando o Município, dada à complexidade inerente à sua implementação e aos recursos disponíveis para o efeito, por adotar a prerrogativa de implementar a respetiva norma no prazo de 3 anos, em conformidade com o previsto na IPSAS 33, que se aplica supletivamente ao SNC-AP por força deste mesmo normativo.

Todavia, a contabilidade de gestão permite, no seu estado atual, reportar gastos por funções que assenta numa classificação funcional dos gastos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo D.L nº 192/2015, de 11 de setembro e com base na NCP-27 “Contabilidade de Gestão” do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção: Funções gerais, sociais, económicas e outras funções na prossecução das suas atribuições.

Código	Descrição	Custos
1	Funções Gerais	16 161 991,27
11	Serviços gerais de administração pública	15 527 646,33
121	Proteção civil e luta contra incêndios	634 344,94
2	Funções Sociais	21 629 343,54
211	Ensino não superior	6 736 789,78
212	Serviços auxiliares de ensino	476 542,79
22	Serviços individuais de saúde	52 837,21
232	Ação social	466 425,44
242	Ordenamento do território	688 000,38
245	Resíduos Sólidos	3 039 528,73
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	4 740 689,17
251	Cultura	527 101,13
252	Desporto, Recreio e lazer	4 901 428,91
3	Funções Económicas	11 049 052,42
32	Indústria e energia	13 466,50
331	Transportes rodoviários	10 714 001,69
341	Mercados e feiras	30 421,51
342	Turismo	191 644,88
35	Outras funções económicas	99 517,84
4	Outras funções	120 316,06
42	Transferência entre administrações	120 316,06
Total de custos por funções		48 960 703,29

Unidade: euros

Assim, de acordo com os dados do mapa de Gastos por Funções, conclui-se que o peso das Funções Sociais corresponde a cerca de 44% do total dos gastos representando cerca de 21,6 milhões de euros. De destacar, que neste grupo a função de maior relevância é a do Ensino não Superior, atingindo cerca de 6,7 milhões de euros, o que representa cerca de 31% desta área de intervenção.

No que respeita às Funções Gerais, estas atingem cerca de 16,1 milhões de euros e representam aproximadamente 33% do valor total dos custos por funções, sendo que este grupo integra os órgãos de autarquia e os seus serviços de apoio, nomeadamente, a área administrativa, financeira, recursos humanos e jurídica.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que representam cerca de 11 milhões de euros, cerca de 22,6% do total, sendo que a rubrica dos transportes rodoviários totaliza cerca de 97% do total das despesas desta área de intervenção.

Os gastos totais por funções cresceram de 47,8 milhões de euros para 48,9 milhões, o que originou um aumento total de aproximadamente 2,27% de 2020 para 2021.

Código	Descrição	2021	2020	2019	Média
1	Funções Gerais	16 161 991,27	15 610 305,89	13 037 958,33	14 936 751,83
2	Funções Sociais	21 629 343,54	20 007 017,14	20 708 463,46	20 781 608,05
3	Funções Económicas	11 049 052,42	12 162 629,20	13 178 140,17	12 129 940,60
4	Outras funções	120 316,06	93 509,19	222 884,40	145 569,88
Total de gastos por funções		48 960 703,29	47 873 461,42	47 147 446,36	47 993 870,36

Unidade: euros

7 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Relatório de Gestão de Contas e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e respetivas Normas de Contabilidade Pública e com as instruções do Tribunal de Contas, retratando de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística do Município de Paredes.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo a 31 de dezembro de 2021 se apurou um resultado líquido do exercício negativo, no montante de (-) 2.294.455,03 €, propõe-se:

- que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- que o resultado líquido do exercício seja integralmente transferido para resultados transitados.

Estabelece o Ponto 4.1 da Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas o seguinte:

«A ata da reunião de aprovação das contas do órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestações de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis».

Nestes termos, apresentam-se os seguintes elementos:

Balanco

Total do ativo: 263.355.030,45 €

Total do património líquido/ capital próprio/ fundo social: 179.798.953,83 €

Total passivo: 83.556.076,62 €

Demonstração de Resultados (DR)

Total de Rendimentos: 46.628.529,50 €

Total de Gastos: 48.922.984,53 €

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

Total de Recebimentos: 52.711.080,22 €

Total de Pagamentos: 52.435.414,01 €

Desempenho orçamental (DDO)

Total de Recebimentos: 52.711.080,22 €

Total de Pagamentos: 52.435.414,01 €

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

Saldo inicial de operações orçamentais: 2.358.377,59 €

Saldo final de operações orçamentais: 2.311.452,22 €

Saldo inicial de operações de tesouraria: 3.238.927,63 €

Saldo final de operações de tesouraria: 3.561.519,21 €

8 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após 31 dezembro de 2021 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro do Município de Paredes, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados.

Apesar da situação de Pandemia COVID-19 ainda não se encontrar completamente ultrapassada, o Município encontra-se em condições de responder às necessidades dos munícipes, não sendo previsível que a evolução desta doença tenha impacto relevante face ao que já ocorreu no passado.

Como nota relevante recordamos que a 24 de fevereiro de 2022 a Federação Russa entrou em guerra com a Ucrânia, resultando daí impactos económicos que não são possíveis de estimar à data deste relatório. Estes impactos já se fazem sentir, com o aumento do custo da energia, do custo dos bens alimentares e a consequente subida generalizada dos preços. O Município tudo fará para dar cumprimento à sua missão, mitigando, na medida adequada, os efeitos relacionados com os impactos desta situação na atividade municipal, ajudando os munícipes a ultrapassar os efeitos adversos desta situação.

NOTA FINAL

Este documento de prestação de contas retrata a situação económico financeira da autarquia no final do mandato do atual executivo.

Tal como as anteriores, as contas de 2021 refletem, uma vez mais, os princípios orientadores da gestão municipal do atual executivo, assentes numa **gestão transparente, rigorosa, eficiente e eficaz dos dinheiros públicos** e numa preocupação constante de fazer os investimentos necessários para o desenvolvimento sustentado do concelho, mas sempre com a preocupação de contenção da dívida municipal.

Ao longo do mandato tivemos oportunidade de realizar investimentos por todo o concelho e mesmo assim **o Passivo Municipal diminuiu**.

Neste momento estamos a executar investimentos que candidatamos a financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020, mas já estamos a desenvolver novos projetos que candidataremos a financiamento comunitário no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio- 2030 e no âmbito do PRR.

Iremos continuar a reabilitar edifícios, como é o caso do Mosteiro de Vilela e a antiga Escola Secundária de Baltar. Com a assunção das competências na área da Educação, já estamos a desenvolver os projetos para a reabilitação das EBS da Sobreira e Paredes.

De qualquer forma, uma grande fatia de investimento neste novo mandato será na melhoria dos nossos prédios da habitação social e na construção de novos prédios de habitação social e habitação para arrendamento a preços controlados. A outra grande fatia será investida na construção de redes de água e saneamento em falta por todo o concelho.

Uma vez mais convém sublinhar duas questões: **O Passivo municipal em 31-12-2017 era 103 milhões de euros e a 31-12-2021 era de 83 milhões de euros. Menos 20 milhões de euros.**

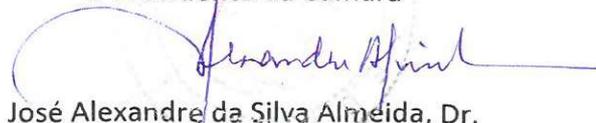
Esta enorme redução do Passivo ocorreu num contexto em que reduzimos a taxa de IMI de 0,4% para o mínimo de 0,3%. Para ter uma ideia da diminuição de receita que esta redução da taxa originou ano após ano, só em 2021, a receita de IMI foi de 6,3 milhões de euros contra 6,9 em 2020, menos 600 mil euros de receita.

As contas do município a 31-12-2021 já têm refletidos no passivo os 21 milhões de euros que a Câmara terá de pagar pelo Resgate da concessão de água e saneamento no nosso concelho, o que nos vai permitir avançar com o saneamento nas várias freguesias do nosso concelho que não têm qualquer tipo de cobertura deste serviço básico, ou têm uma cobertura muito reduzida.

Em suma, estes Documentos de Prestação de Contas traduzem um enorme esforço de investimento, sempre com a preocupação de obter financiamento comunitário e, como tal, garantir um equilíbrio das contas, para nunca comprometer o desenvolvimento futuro do nosso Concelho.

Paredes, 11 de Abril de 2022

O Presidente da Câmara


José Alexandre da Silva Almeida, Dr.